

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **Moeda social. Origens, experiências e controvérsias**

Murillo Xavier dos Santos Santiago  
Matrícula: 106075533

Orientador: Valéria Gonçalves da Vinha

Julho de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **Moeda social. Origens, experiências e controvérsias**

---

Murillo Xavier dos Santos Santiago

Matrícula: 106075533

Orientador: Valéria Gonçalves da Vinha

Julho de 2013

*“As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor”*

Dedico este trabalho a meus pais, Cristina e Paulo,  
pelo amor e paciência inesgotáveis.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a quem tudo devo pelo Sangue derramado numa cruz e Corpo doado numa ceia, para que eu pudesse ter vida e a ter em abundância. Agradeço também por ter me dado Maria. Agradeço nesta mesma linha à Igreja Católica Apostólica Romana por ser na minha vida, uma história de amor.

A meus pais, pelas cobranças sempre justas e sinceras, e pelo trabalho duro que me possibilitou chegar a este ponto.

À Quiquinha, por ser outra mãe para mim.

A meus irmãos, Bernardo e Guilherme, pelo exemplo, amizade e companheirismo.

À Stephanie, minha futura esposa, por ser meu esteio e minha grande incentivadora.

A meus avós, Catarina, Mazinha e Agostinho por todo carinho e dedicação dispensados. E através deles, meus tios “Luises” e “Anas”.

Aos meus sogros, Adilson e Sônia, e cunhadas por ser sempre para mim outra família.

À Valéria, que além de minha orientadora sempre foi incentivadora e amiga desde o primeiro período.

À Anna Lúcia que não me permitiu desistir e todos do Instituto de Economia, especialmente os queridos professores.

Aos Padres Simplício, Guilherme, Cristiano e Jadilson pelo pastoreio e amizade sempre acolhedores e amorosos.

Ao Grupo Jovem Filhos do Céu por me dar amigos de verdade.

## RESUMO

A moeda e suas funções correspondem à parte fundamental no estudo das ciências econômicas e têm papel igualmente importante na evolução econômica e social. Esta evolução passa da utilização em menor escala na Idade Média a um uso quase absoluto na contemporaneidade. Tal evolução tornou a moeda muito mais do que um meio de troca e unidade contábil. Ela expressa poder, riqueza e garante a quem a possui a participação ativa nos processos econômicos e lugar privilegiado na sociedade. Portanto, quem não tem posse da moeda dinheiro, é marginalizado e/ou excluído da sociedade. Uma tentativa de devolver a função social da moeda é proposta pela Economia Solidária. O objetivo deste trabalho é identificar ao longo do processo de transição do feudalismo ao capitalismo contemporâneo as transformações do papel social da moeda como reordenamento de suas funções tradicionais. No primeiro capítulo, apresentam-se as definições de moeda e as funções da moeda na sociedade medieval dos séculos XVIII e XIX, e na contemporaneidade. Em seguida, no segundo capítulo, discute-se a separação entre Economia e Sociedade, explicitando-se os contextos de exclusão gerados no processo histórico. No terceiro capítulo, analisa-se a moeda social em si, no contexto da Economia Solidária, suas características, funções e espaços de utilização, ilustrando com as experiências argentina e brasileira, respectivamente os Clubes de Troca e o Banco Palmas. Parte importante do estudo são as controvérsias em torno do caráter inovador da moeda social nos dias de hoje, uma vez que ela comporta elementos de séculos passados. Na conclusão, procura-se demonstrar que é necessário agregar credibilidade à moeda social de modo a torná-la um ator central no sistema econômico. Para tanto, os especialistas recomendam esforços pedagógicos no sentido de otimizar suas funções.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I- A MOEDA: UMA VISÃO TEÓRICA E HISTÓRICA.....</b>	<b>10</b>
<b>I.1 O QUE É E POR QUE EXISTE MOEDA?.....</b>	<b>10</b>
<i>I.1.1 O que é moeda?.....</i>	<i>10</i>
<i>I.1.2 Mercadorias Fictícias .....</i>	<i>13</i>
<i>I.1.3 De onde vem o dinheiro? .....</i>	<i>13</i>
<b>I.2 A ECONOMIA NA SOCIEDADE .....</b>	<b>16</b>
<b>I.3 VISÃO HISTÓRICA DO PAPEL DA MOEDA .....</b>	<b>18</b>
<i>I.3.1 A moeda na Idade Média .....</i>	<i>18</i>
<i>I.3.2 A moeda nos séculos XVIII e XIX.....</i>	<i>21</i>
<i>I.3.3 A moeda no mundo contemporâneo .....</i>	<i>22</i>
<b>CAPÍTULO II- DA EVOLUÇÃO À EXCLUSÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>II.1- ANÁLISE DA IDADE MÉDIA.....</b>	<b>26</b>
<b>II.2 - ANÁLISE DOS SÉCULOS XVIII E XIX.....</b>	<b>30</b>
<b>II.3 - ANÁLISE CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO III - MOEDA SOCIAL: CONCEITO E APLICAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>III.1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>40</b>
<i>III.1.1 - Conceito e aplicação.....</i>	<i>40</i>
<i>III.1.2 - Empresa solidária e “prossumidores” .....</i>	<i>42</i>
<b>III.2 - O QUE É MOEDA SOCIAL?.....</b>	<b>44</b>
<i>III.2.1 – Conceituação .....</i>	<i>44</i>
<i>III.2.2 - Características .....</i>	<i>46</i>
<i>III.2.3 - Finanças solidárias .....</i>	<i>49</i>
<i>III.2.4 - Bancos comunitários.....</i>	<i>50</i>
<i>III.2.5 - Clubes de troca .....</i>	<i>51</i>
<i>III.2.5.1 - Breve histórico de iniciativas bem sucedidas de moeda social .....</i>	<i>52</i>
<b>III.3 - OS CLUBES DE TROCA: O CASO ARGENTINO .....</b>	<b>54</b>
<b>III.4 - O BANCO PALMAS: O CASO BRASILEIRO.....</b>	<b>56</b>
<b>III.5 - CATEGORIAS SOCIAIS DA MOEDA SOCIAL .....</b>	<b>60</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>

## **Relação de Tabelas**

<b>QUADRO 1: QUADRO RESUMO: MOEDA SOCIAL, MOEDA NACIONAL E PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>48</b>
---	-----------



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o conceito de moeda social frente à economia moderna. Para tal, serão discutidos o conceito de moeda e sua evolução na história e, paralelamente, a evolução da sociedade e da economia sob o prisma de Karl Polanyi, principalmente.

Três períodos da história serão analisados: a Idade Média, no contexto feudal; os séculos XVIII e XIX, no contexto da Revolução Industrial; e a contemporaneidade, contextualizando o capitalismo neoliberal.

A moeda possui funções específicas no plano econômico. São elas: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor. Ao longo da história, com a massiva utilização da moeda, suas funções mudaram de ordem de importância. Com o passar dos séculos a moeda passou a representar poder e riqueza, principalmente com a evolução de sua função reserva de valor.

A partir do rompimento com o feudalismo, a moeda assume ainda mais importância, pois quando concentrada nas mesmas mãos que a possuíam no início da evolução, cria barreiras à ascensão social.

Ao invés de dinamizar a economia, a moeda passa a ser entesourada e se torna escassa para os processos produtivos e circulação de bens. Com o crescente poder adquirido pelos usurários, a moeda física assume função de crédito e adquire um contorno mais exclusivo. Quem não tem ou tinha possibilidades de pagamento, ou de garanti-lo, estava excluído da possibilidade de obter crédito, e quando o obtinha, não tinha como escapar dos juros a não ser com a intervenção do Estado ou de um gesto solidário.

A hipótese defendida neste trabalho é de que contextos econômicos excludentes precisam criar brechas ao desenvolvimento de alternativas que atuem em defesa dos excluídos e que uma destas formas pode ser a utilização de uma modalidade nova de moeda, a exemplo da moeda social, que favorece a solidariedade ao invés da competição entre os agentes.

A abordagem teórica adotada neste estudo apoiou-se em Jacques Le Goff, José Luís da Costa Fiori, Pierre Villar e Paul Singer; e em publicações pontuais, com destaque para Heloísa Primavera, Valéria Gonçalves da Vinha e Euclides André Mance e nas teses de doutorado principalmente as de Claudia Lucia Bisaggio Soares e de Mauricio Medici Metri. Esses autores foram escolhidos tendo em vista estarem em consonância com as ideias apresentadas por Karl Polanyi no seu livro *A grande transformação*. Este trabalho tem por motivação e inspiração os fatos descritos por Muhammad Yunus, em conjunto com Alan Jolis, de suas experiências vividas em Bangladesh, com o Grameen Bank, que inspirou o Banco Palmas que, por sua vez, inspirou outros modelos, como o Banco Comunitário Capivari implementado na cidade de Silva Jardim, no Estado do Rio de Janeiro.

O primeiro capítulo trata das funções da moeda, seu conceito e sua utilização ao longo da história. No segundo capítulo, descreve-se resumidamente o processo econômico que resultou na separação economia e sociedade, e na predominância do mercado como locus das transações de troca, gerando exclusão social. No terceiro capítulo, a moeda social é tratada de forma exclusiva. Discute-se de forma breve o conceito de economia solidária e a função da moeda social neste contexto. Neste mesmo capítulo apresentam-se dois casos de utilização da moeda social: o caso dos clubes de troca argentinos, com base nos artigos da Heloísa Primavera; e o caso brasileiro do Banco Palmas no Estado do Ceará, baseado nos escritos de Paul Singer e Euclides André Mance, principalmente.

# **CAPÍTULO I- A MOEDA: UMA VISÃO TEÓRICA E HISTÓRICA**

Este capítulo tem a pretensão de justificar, teórica e historicamente, o tema proposto para estudo a partir de análises de momentos e conceitos concernentes à utilização da moeda na economia e na inserção da economia na sociedade. Estes dois pontos alicerçam este capítulo, de forma a apresentá-los como fonte básica para o entendimento de uma economia cada vez mais monetária. Dividi-se a história, tratada brevemente, em dois momentos-chave: a era feudal e a primeira revolução industrial.

## **I.1 O que é e por que existe moeda?**

Esta seção tem por objetivo explicitar e analisar conceitos referentes à moeda. A partir das trocas sem moeda e da necessidade inerente ao sistema econômico de utilizar um meio de troca eficiente e simples que fosse capaz de facilitar as trocas em grande e pequena escala. Desse modo, serão analisadas algumas formas de conexão da moeda com a economia que vão além das trocas, apresentando reflexos políticos e sociais.

### **I.1.1 O que é moeda?**

Este trabalho já poderia, em si, ser esgotado em meio às dúvidas do que seria a moeda, sem dúvida um conceito central à economia e, muitas vezes, complexo. Como o objetivo deste estudo é salientar a relação entre a moeda e a sociedade, leva-se em conta, no primeiro momento, a definição de dinheiro como motivador de trocas e como um dos grandes protagonistas da economia de mercados, e de qualquer outra forma de arranjo institucional, e também como um ator que “evidencia um processo técnico mediante o qual os atores sociais se relacionam e se comunicam num determinado momento e num determinado sistema social” (Albuquerque, 2003, p.201).

Conceitualmente, pode-se expressar a moeda como “objeto que responde a uma necessidade social decorrente da divisão do trabalho” (Carvalho, 2007, p.1) e “definida *exclusivamente* em relação ao jogo das trocas e à dinâmica dos mercados, o que significa que está restrita à lógica privada de circulação e de acumulação de capital e riqueza”

(Metri, 2007, p. 10 Grifo do autor). A moeda agiliza a economia e a torna mais dinâmica em se pensar em trocas de mercadoria por mercadoria (Carvalho, 2007, Hugon, 1978).

A moeda é explicada fora de si, pelas suas funções, a saber: ser unidade de conta, ou seja ter os diversos bens trocáveis medidos por si; meio de troca, ou seja, ser capaz de proporcionar no tempo e no espaço que as trocas sejam feitas de maneira direta, pois compara através de si as diversas mercadorias; e reserva de valor, ou seja, que a moeda guarda em determinado tempo em seu valor de face um determinado poder de compra (Hugon, 1978). De outra maneira, seria de muito maior complexidade a sua explicação, uma vez que moeda poderia ser desde as “moedinhas” do bolso até as Letras do Tesouro Nacional. Admite-se que, dada a grande quantidade de facetas da moeda, sua conceituação torna-se difícil e múltipla, podendo monetaristas, acadêmicos e, até, religiosos, terem visões significativamente diferentes sobre ela. A definição de moeda é, de fato, trabalho árduo, e Villar (1980) é taxativo ao afirmar:

“A moeda não é esta ou aquela matéria. É algo mais complexo e abstrato. Durante muito tempo os economistas definiram-na, não em função do que é, mas em função daquilo para que serve.” (p.29)

Ainda de acordo com Villar, a moeda assume ainda muitas caras e pode ser objeto, signo e nominal, se diferenciando de conceitos, uma vez que Moeda objeto reserva valor, como o ouro, por exemplo; a fiduciária seria como a que se tem hoje, o papel-moeda, que não tem valor intrínseco e moeda-nome que é apenas um meio de troca.

Segundo Soares (2006), que analisa a partir de Polanyi (1980),

“Quando existem obrigações a serem saudadas, o dinheiro desempenha o papel de torná-las quantificáveis e pagáveis (meio de pagamento); quando bens são guardados como tesouro ou para uso futuro se conforma como reserva de valor quando se utilizam mecanismos de equivalência, o dinheiro ressalta-se como padrão de valor; e, quando existirem sistemas de mercado formadores de preços, o dinheiro será identificado basicamente como meio de troca. Ou seja, o dinheiro foi se modificando junto com as outras transformações sociais, servindo ora de agente integrador de certos valores, ora transformador de valores antigos” (Pp. 108)

Para desempenhar suas funções, Carvalho (2007) afirma que a moeda deve, também, ter características ditas essenciais. São estas as características físicas e econômicas. Como características físicas dizem-se a divisibilidade, durabilidade, dificuldade em falsificar, ser de fácil manuseio e transportabilidade; como características econômicas dizem-se custo de estocagem e de transação nulos. Sem tais atributos a moeda, qualquer que seja não conseguiria desempenhar suas funções – meio de troca, unidade de conta e reserva de valor – e não teriam capacidade de operar, embora, em se havendo tais características, também não há certeza de que a mesma “funcionará” (Carvalho 2007, pp.3-4).

Além de tais características, há também outra de importante valor em se tratando de moeda: a liquidez. A liquidez é a capacidade de quitar dívidas estabelecidas, mantendo sua função de reserva de valor, em qualquer momento. Há a necessidade de a moeda ser plena de liquidez, fazendo com que esta capacidade seja bastante elevada, sendo aquela, caso seja, mercadoria, o bem mais líquido do mercado. Dessa forma, a moeda dinamizaria a economia como é sua definição e função de executar, gerando maior velocidade e menores custos nas transações e trocas diversas (Carvalho 2007, p.6).

As análises a respeito de definições da moeda não se esgotam por aqui. Hugon (1978) elevará a moeda a outro patamar ao afirmar que a mesma se insere em qualquer economia minimamente desenvolvida e em sistema de divisão do trabalho por ser grande facilitador das trocas. De fato, a moeda tem o seu papel de destaque nas economias capitalistas de sistema de mercado. Polanyi (1980), ainda nesta linha, determinará como é marcante a monetarização das transações, de acordo com o “nascimento” da busca pelos lucros em detrimento da subsistência fato a ser estudado posteriormente.

“... a motivação do lucro passa a substituir a motivação da existência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial.” (p.60)

Note-se que se associa, também, à moeda a motivação pelo lucro, o que a torna ainda mais especial e complexa. Admite-se o desejo de acumulação por parte do homem

como justificativa para a existência da moeda. A moeda pode ser analisada sob vários prismas, de diversos significados e origens que serão apresentados no item I.1.3.

### **I.1.2 Mercadorias Fictícias**

Há outra definição para moeda que merece destaque: a moeda como mercadoria fictícia, conforme expressão de Polanyi.

Em economias de mercado o processo ocorre entre compra e venda, basicamente. E para isso deve haver mercadorias. Porém, há três elementos que são essenciais à economia industrial que não são mercadorias. São eles o trabalho, a terra e o dinheiro, que também devem ser organizados em mercados (Polanyi, 1980). Segundo Polanyi (1980), “o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra, e como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais.” (p.94)

Dessa forma, a moeda se define como mercadoria apenas para dar suporte ao sistema econômico de mercado, assegurando a competição e a dependência entre os setores.

### **I.1.3 De onde vem o dinheiro?**

Descrever sucessivos fatos históricos para a relevância da moeda no sistema econômico parece ser simples. A priori, pode-se aceitar a propensão do homem a barganhar, ou seja, a vontade ou a necessidade de efetuarem-se trocas. O famoso conceito de “homo economicus” encaixa-se no sentido de dar vida à visão de espontaneidade das relações econômicas, uma vez que tudo se originaria da latente necessidade humana de satisfazer suas necessidades individuais. Dessa forma, o mesmo estaria propenso às trocas e a utilização da moeda aconteceria de forma gradual e espontânea.

Assim sendo, a moeda passa a ser de grande valia nas relações de mercado. Havia a necessidade de um intermediador eficaz de modo a tornar as transações mais simples e com maior volume. Ao ver a moeda como um eficiente incrementador de volume nas transações, assume-se assim ser este seu primeiro e mais decisivo papel na economia. Numa sociedade sem moeda, as transações têm a tendência de serem mais difíceis e mais específicas.

“A origem da moeda em grande parte se explica pela dificuldade em generalizar as trocas sem dinheiro. Para que haja a troca direta, é preciso um encontro de necessidades coincidentes, o que não é fácil de ocorrer.” (Singer, 1983, p.41)

Ao fazer tal afirmação, Singer faz a síntese da justificativa e da gênese da moeda. Quando ele afirma não ser fácil ocorrer o encontro de “necessidades coincidentes”, ele delimita um mercado e eleva em especificidade a individualidade do indivíduo. De fato, em um mercado tão específico e no qual os desejos de cada agente são bastante individuais, exclui-se a necessidade de mercado e quebra-se o pressuposto da divisão de trabalho. Por que produzir em grande escala determinado produto, se os indivíduos têm preferências tão díspares que podem fazer com que esse produto não seja consumido em nenhum grau ou em grau inferior ao desejo de troca de quem o produz?

Nesta perspectiva, Metri (2007) inclui que:

“Considera-se implicitamente que o objetivo do agente econômico é a aquisição de produtos e serviços e que, para tanto, a moeda, mesmo que através de formas primitivas e em épocas muito distantes, foi inventada justamente para viabilizar esse desejo, essa vontade inerente ao ser humano de permutar para adquirir as mercadorias de que não dispõe” (p.10)

Polanyi (1980) adiciona ainda outra discussão de grande interesse a este trabalho ao analisar a evolução da economia em economia comercial:

“A transformação da economia anterior para esse sistema é tão completa que parece mais a metamorfose de uma lagarta do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. Contrastemos, por exemplo, as atividades de venda do mercador-produtor e suas atividades de compra: suas vendas são apenas de artefatos e, se ele tiver ou não sucesso em encontrar compradores, o tecido da sociedade não precisa ser afetado. Mas o que ele *compra* são matérias-primas e trabalho – natureza e homem. Na verdade, a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação, que é da substância natural e humana da sociedade, em mercadorias.” (pp. 60, 61)

Ao incluir-se na discussão o papel da sociedade e a intrínseca participação da natureza e da mão de obra no que diz respeito às transações e à economia de mercado passa-se a aceitar que a moeda não é apenas um facilitador que aumenta o volume das transações, e sim um forte unificador de preços. O que fará com que ela seja bastante vocalizada para todos os processos que envolvam transações. E, por isso, faz-se ainda mais necessária uma análise histórica de alguns dos papéis da moeda em diferentes contextos, incluindo a suplementação conceitual já observada.

Todavia, uma sociedade monetizada em nada garante que haverá trocas, assim como o contrário também se observa. Obviamente em se tratando de análise, num mercado sem moeda, as transações devem ocorrer de maneira mais simples, em números reduzidos e bastantes específicos entre produtos excedentes. Da mesma forma que num mercado com um intermediador em que haja unidade de conta e meio de troca, as trocas serem facilitadas e haver, portanto, um estímulo à transação e à produção, pode não se observar.

“A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas” (Polanyi, 1980, p. 65)

Em outras palavras, Polanyi afirma que se alguma coisa tem sentido, o sentido está fora da coisa, ou seja, se o sistema econômico tem sentido, seu sentido encontra-se nas relações sociais. Assim, há bases suficientes para uma afirmação de que a utilização da moeda para um maior desenvolvimento da atividade comercial, pelo menos, tem uma raiz bastante forte e profunda nas relações sociais.



Dessa maneira, engloba-se no movimento monetário a motivação social e não apenas econômica como sempre se pressupõe, e o interesse de um maior bem-estar individual face à satisfação pura e simplesmente de um desejo.

## **I.2 A economia na sociedade**

Como visto na seção I.1.2., a economia necessita estar atrelada à sociedade para produzir efeitos reais de desenvolvimento que atendam aos interesses dos indivíduos. Polanyi rejeitou a ideia de que os homens se motivam naturalmente pela obtenção de lucro ou de remuneração ao verificar que a divisão de trabalho não era o fator dependente do mercado e sim uma questão muito mais social, ligada à manutenção de “laços sociais”. (Vinha, 2001) Assim sendo, há que se considerar uma economia muito mais social do que simplesmente de mercado.

“É preciso desfazermos-nos da noção bem enraizada segundo a qual a economia é um terreno experimental do qual os seres humanos foram necessariamente sempre conscientes. Para empregar uma metáfora, os fatos econômicos estavam em sua origem *encaixados* em situações que não eram em si mesmas de natureza econômica, não mais que os fins e os meios essencialmente materiais. A cristalização do conceito de economia foi uma questão de tempo e de história. Mas nem o tempo nem a história nos deram os instrumentos conceituais necessários para penetrar no labirinto das relações sociais nas quais a economia está inserida” (Polanyi, 1980. Pp.100-101).

Polanyi discorda da visão clássica, segundo a qual o homem é um ser egoísta que reivindica benefícios próprios, em primeiro lugar, sendo a sociedade, reflexo de suas necessidades. E argumenta que a ordem na produção e na distribuição só é possível em virtude da existência de princípios de comportamento convencionados.

“ (...) se não existe motivação do lucro, nem o princípio de trabalhar por remuneração e, principalmente, na ausência de qualquer instituição distinta baseada em motivações estritamente econômicas, como, então, se garantia a ordem na produção e na distribuição? Isto ele atribuiu a dois princípios de

comportamento: a *reciprocidade* e a *redistribuição*, cuja existência identificou em todas as sociedades que analisou. Observou, ainda, que esses princípios eram sustentados por padrões institucionais, respectivamente, a *simetria* e a *centralidade*, levando-o a inferir que o ponto de partida para a compreensão da história das civilizações humanas é enxergar a economia enquanto um processo historicamente instituído.” (Vinha, 2001, pp.210-211)

Para Le Goff (2004), ainda é possível fazer uma “análise cultural e psicológica” (p.16). De fato, o campo de estudo econômico é muito amplo e é muito perigosa sua observação fora de contexto, e voltada para si própria, o que o tornaria bastante pobre de sentido e de uso. A necessidade de relacionamento do homem parece ser um grande impulsionador através dos tempos, dessa realidade comercial. A esta constatação, Polanyi verificou que a economia está enraizada em instituições econômicas e não econômicas e deriva de um processo instituído, ou seja, construído pela interação do homem com o seu ambiente (Vinha, 2001). Além disso, Le Goff analisa mais questões no âmbito social como a crença e a religiosidade afirmando que:

“Se nos aproximássemos mais da realidade, poderíamos não somente estar melhor informados sobre esse barômetro da crença e do sentimento religioso, mas medir igualmente as consequências sobre a economia e a sociedade de um fenômeno por demais ignorado pelos historiadores da economia. Sabemos hoje que os aspectos financeiros da repressão da fraude fiscal não são desprezíveis.” (Le Goff, 2004, pp. 42-43)

No entanto, esses dois autores rejeitam a noção de espontaneidade e de que tudo na economia partiu do nada rumo a um mercado desenvolvido e auto-regulável e, ainda mais, duvidam da possibilidade da economia ser vista como fenômeno não social e isolado de contextos históricos. As teorias econômicas, para esses autores, ao desprezarem em demasiado o conteúdo histórico-social de sua aplicação, empobrecem seu estudo e não geram ferramentas necessárias para uma maior aproximação das mesmas à realidade.

“Em síntese, na concepção de Polanyi, o padrão de mercado original confinou o próprio mercado a uma esfera de atuação que não comprometia os princípios de funcionamento baseados na reciprocidade e na redistribuição, uma vez que

funcionava, apenas, como um apêndice. Esta interpretação sobre o papel desempenhado, historicamente, pelo mercado na economia é radicalmente diversa da defendida na teoria neoclássica. Enquanto que para Polanyi, a economia, por estar socialmente enraizada, organiza, orienta e impõe limites às funções do mercado, para a teoria neoclássica é o mercado que organiza e dirige a economia.” (Vinha, 2001, p.213)

## **I.3 Visão histórica do papel da moeda**

Esta seção se limita a analisar brevemente o principal papel da moeda na economia feudal da Idade Média e na sociedade industrial dos séculos XVIII e XIX, até os dias de hoje.

### **I.3.1 A moeda na Idade Média**

O objetivo do mercado de gerar renda é efetivado a partir das vendas e transações. Como aconteceria numa sociedade descentralizada como a sociedade feudal? Nesta sociedade onde a terra sobrepunha-se à moeda como fonte de riqueza e poder, ela só passa a ganhar maior destaque a partir do século XI. Segundo Metri (2007),

“...o ponto de partida histórico do processo em que a moeda ascendeu ao centro da dinâmica da acumulação de poder e de riqueza encontra-se no momento em que essa característica de centralidade das funções político-econômicas da terra começou a se alterar. De fato, na passagem da Idade Média Antiga para a Plena (a partir do século XI) é possível identificar o início do processo em que, ao alterar essa característica, a moeda ascendeu gradualmente como instrumento decisivo de poder e mais importante expressão da riqueza.” (p. 62)

A possibilidade de geração de uma renda a partir da utilização das trocas de mercado formou um fato novo para a economia que passou a ver no dinheiro não só um meio de troca e unidade de conta, mas, também, uma preciosidade, pois se gerava riqueza com seu acúmulo. A partir de então, no século XII, tendo em vista a forte relação entre a Igreja e o feudo, as relações de crédito, como a usura, passam a ser mais comuns e

centralizadas Para Le Goff (2004), seria muito mais do que uma relação de empréstimo a juros entre usurário e cliente, mas uma relação da sociedade, com um todo.

“Quando a economia monetária se generaliza, durante o século XII, e a roda da fortuna gira mais rápida para os cavaleiros e os nobres, assim como para os burgueses das cidades, que se agitam em trabalho e negócios e se emancipam, a senhora Usura torna-se uma grande personagem. A Igreja se revolta com isso, o Direito Canônico nascente e em breve a escolástica, que se esforça para pensar e ordenar as relações da nova sociedade com Deus, procuram reprimir a expansão usurária. Listo aqui a litania das principais medidas conciliares e dos textos mais importantes apenas para assinalar a extensão e a força do fenômeno, e a obstinação da Igreja em combatê-lo” ( Le Goff, 2004, p.20).

A relação da usura com a Igreja, não é o único elemento de determinação social nas relações econômicas na Idade Média, nem mesmo com relação ao fato monetário. Todavia, é importante compreendê-lo. Ainda na Idade Média, tal relação usurária começa a dar mostras da tendência à monetização da economia e da capacidade da moeda de mexer com os padrões da economia, uma vez que conforme afirma Le Goff (2004), os usurários eram tratados como amantes do dinheiro. Mas por que amar o dinheiro?

Mais uma vez, evidencia-se que o status social é importante para as relações econômicas, o que prova ser muito além de uma simples busca por lucros, mas de ascensão social..

Nos séculos XIV e XV, a fome e as pestes que assolaram a Europa marcaram fortemente os sistemas econômicos monetários, gerando uma maior multiplicação da moeda fracionária por parte dos Estados, de tal forma que levou os gestores a intervirem na economia de modo a protegê-la das intempéries.

“Estas manipulações monetárias (correspondem a nossas ‘inflações’ seguidas de ‘desvalorizações’) permitem pagar menos o trabalho mesmo parecendo que se paga mais, diminuir o peso das dívidas e competir algum tempo com os estrangeiros exportando a preços muito baixos. Mas estas vantagens são sempre monetárias, por pouco que a multiplicação das moedas correntes se torne demasiadamente forte” (Villar, 1980. p.49).

Dessa maneira, a economia na Idade Média, estava bastante ligada ao movimento social existente. Cabe salientar que os métodos supracitados serviram pra manter o desenvolvimento ou retardar o fracasso das estruturas que estiveram por ruir na crise europeia. Foca-se então no papel da moeda em relação a esta sociedade, que servirá de esteio para os efeitos das crises e de controvérsia, conforme seu rendimento.

Cabe ressaltar, a grande influência dos metais preciosos na estrutura monetária nestes séculos. Villar (1980) destaca que:

“...o triunfo das cidades mercantis, principalmente em redor do Mediterrâneo, é consagrado pela adoção de moedas de ouro aceitas internacionalmente: o florim de Florença, cunhado com a flor-de-lis, e o ducado de Veneza, com o Duque de São Marcos, converte-se entre 1250 e 1300, nos “dólares da Idade Média”, o qual só tinha conseguido, exclusivamente, pelas besantes e pelos dinares. A cunhagem do ouro é uma consequência do desenvolvimento econômico ocidental e não uma causa (ainda que haja interação entre esses dois fatores).” (p.48)

Albuquerque (2003) afirma que os comerciantes detinham dinheiro como parte de sua riqueza e que só poderiam ser utilizados a nível local; e para evitar a tributação faziam-no circular e assim geravam dinamismo na cidade; e no mesmo período, na Itália, dava-se partida à utilização de notas de dinheiro com a descoberta de que não era preciso utilizar o ouro puro, apenas uma promessa de pagamento para que fosse válida como reserva de valor, expressa em papel (p.201). Embora pareça contraditório com a citação anterior, a monetarização se submete ao desenvolvimento assim como o desenvolvimento se alavanca via moeda circulante.

O que não apresenta surpresa na análise, tendo em vista os elos já observados de complementaridade monetária ao desenvolvimento socioeconômico, segundo Metri (2007),

” a moeda não era nem expressão de riqueza e objeto de enriquecimento, tampouco um instrumento do poder para expropriação dos recursos necessários à guerra através da tributação, já que esta ocorria, naqueles tempos, com base na apropriação direta de bens e serviços.” (P. 73)

### **I.3.2 A moeda nos séculos XVIII e XIX**

As descobertas das jazidas de metais preciosos na América já começam a dar o tom da importância monetária nesse período. A crescente economia industrial instaura novos parâmetros comerciais e sociais. A moeda passa a ter um papel importantíssimo no mercado cada vez mais aquecido com um sistema econômico regido pelo próprio mercado. A divisão do trabalho, descrita por Smith era a tônica da época, principalmente na Inglaterra.

“Na verdade, foi crucial o passo que transformou mercados isolados numa economia de mercado, mercados reguláveis num mercado auto-regulável. O século XIX – aclamando o fato como o ápice da civilização ou deplorando-o como um crescimento canceroso – imaginava ingenuamente que um tal desenvolvimento era o resultado natural da difusão dos mercados. Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema auto-regulável de tremendo poder não foi o resultado de qualquer tendência inerente aos mercados em direção a excrecência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina.” (Polanyi, 1980, pp.77-78)

Explica-se a incapacidade de por si só o mercado auto-regulável geraria o desenvolvimento. E Polanyi (1980) completa:

“A presença ou a ausência de mercados ou de dinheiro não afeta necessariamente o sistema econômico de uma sociedade primitiva. Isto refuta o mito do século XIX de que o dinheiro foi uma invenção cujo aparecimento transformava inevitavelmente uma sociedade, com a criação de mercados, forçando o ritmo da divisão de trabalho, liberando a propensão natural do homem a permuta, à barganha e à troca.” (p.78)

Nem o total desenvolvimento do mercado, nem o incremento da economia monetária da época poderiam explicar o desenvolvimento socioeconômico por si só. Mais uma vez, a explicação parte da sociedade que exige para si condições novas e satisfatórias.

O que dizer dos lugares onde não há mercado desenvolvido ou moedas? É possível, por isso, afirmar que não há desenvolvimento? Não. Porque se há algo de importante nas trocas, não é nem a instituição e nem a moeda, e sim a própria troca. É a transação que gera o movimento da economia e da sociedade, e não o mercado ou a moeda. Há muitas possibilidades de haver a troca sem a moeda e sem o mercado - conforme já visto na seção 1.1. Portanto, as diferenças sociais e a forma pela qual é conduzida a economia são os elementos mais determinantes.

Há que se considerar o papel do Estado na economia, garantindo a organização do sistema monetário, realizando a cunhagem e provendo segurança para a manutenção do modelo. Uma vez que mesmo com os importantes avanços econômicos e de mercado, e maior segurança do ponto de vista monetário, a economia não seria capaz de garantir o desenvolvimento.

### **I.3.3 A moeda no mundo contemporâneo**

A moeda moderna apresenta características bastante diferentes em relação à moeda de outros momentos históricos (Soares, 2006). Admitindo-se a conceituação de moeda inserida no conceito de divisão do trabalho, como afirma Carvalho (2007), não é difícil imaginar que na velocidade e complexidade contemporâneas, e acelerada globalização<sup>1</sup>, o dinheiro assuma papéis preponderantes na economia, nos níveis macro e microeconômico.

Com as dificuldades em se assegurar as funções básicas da moeda na estrutura de mercado, esta se torna, ainda mais, agente protagonista de políticas públicas e privadas que mantenham o sistema em ordem. Um sistema no qual a moeda perde seu valor mostra claros sinais de crise e ruptura, e tende ao caos (Carvalho, 2007).

O sistema monetário evoluído e em evolução necessitou avançar em termos de estrutura de segurança (Soares, 2006). Necessitou avançar ainda mais em questões relacionadas à sociedade e ao Estado, principalmente com a crise do padrão-ouro. Era necessário que a moeda passasse a representar mais do que a crença de que valia certa porção de ouro para que o sistema pudesse se reproduzir com mais veemência, como

---

<sup>1</sup> Milton Santos (2011) destaca que a globalização é o marco para os acontecimentos sociais atuais, o sistema econômico vigente se tornou algo “onipresente”, sem controle, conduzindo a vida humana para um convívio nunca visto antes.

aconteceu com os bancos que reproduzem a base monetária. (Soares, 2006; Polanyi, 1980; Carvalho, 2007).

Segundo Soares (2006),

“Desde pelo menos 1971 (com o abandono unilateral daquilo que restava do padrão ouro pelos Estados Unidos ), o mundo industrializado trabalha com uma moeda fiduciária e inconvertível, que depende explícita e unicamente do controle dos governos nacionais para ter sua emissão e multiplicação organizada...” (Soares, 2006, p.117)

Soares (2006) complementa, dizendo que a moeda deve ter “apenas um valor que é nominal e denominado, em última instância, pelo Estado” (p. 117). Fiori (1999) aprofunda esta visão de superação do padrão ouro em detrimento do poder do Estado,

“Sublinhe-se que o sistema-ouro não era incompatível apenas com a expansão das pressões democráticas, também era inconciliável com qualquer projeto nacional de expansão da capacidade militar que implicasse aumento dos gastos públicos, o que implicava um veto implícito da mudança da hierarquia geopolítica. (...) O sistema-ouro não era neutro” (p. 59)

Neste contexto, vê-se a moeda desempenhando não apenas suas funções características, mas funcionando como agente político, também. Ampliam-se as questões contraditórias apontadas por Polanyi, segundo o qual a restrição apenas econômica dos fenômenos propriamente econômicos empobrece e não explica totalmente a sociedade e nem mesmo os próprios fenômenos (Fiori, 1999).

Assim, observa-se na contemporaneidade, um movimento monetário muito maior e complexo do que houve em tempos passados. A superação do padrão ouro e um movimento crescente liberal, com tentativa de diminuição dos Estados e ampliação do poder dos Bancos e agentes ligados ao capital, tornam a análise mais ampla e mais difícil (Fiori, 1999; Soares, 2006). Sobretudo porque desvincular a moeda do sistema monetário e político e analisá-la em separado é quase impossível uma vez que ela está profundamente enraizada nos processos sociais.



“Entretanto, o ambiente do próprio subsistema econômico mudou significativamente nos últimos vinte anos, com o avanço sem precedente da moeda financeira sobre a moeda primária, e em função das formas como vem sendo administrada, a moeda tem tido todos os incentivos para estacionar no setor financeiro da economia – que concorre com o produto pelos capitais disponíveis.” (Soares, 2006, pp. 118-119)

A partir desta análise de Soares (2006), observa-se que a moeda é um ator importante do desenvolvimento e do crescimento, tornando crucial sua inserção nos meios públicos para que haja “ganhos” para todos da população e que a mesma crie ou facilite as alternativas de combate à contradição que há em si mesma.

O estímulo à competição pode gerar perdas grandes para a maioria e ganhos aumentados para uma minoria.

“O próprio processo de criação da moeda contemporânea se dá de tal forma que ela chega à sociedade sob o peso do pagamento de juros, o que estimula um comportamento econômico extremamente competitivo, uma vez que apenas os que se mostrarem capazes de angariar os fundos necessários para o pagamento desses juros iniciais terão acesso a ela.” (Soares, 2006, p.119)

Como o dinheiro vai se enraizando cada vez mais nas relações sociais, a parte da população que não o adquire, torna-se periférica e não consegue sustentar os lugares, nem de consumidor, nem de produtor.

“Ser excluído do trabalho significa ser eliminável (e talvez já eliminado definitivamente), classificado como descarte de um “progresso econômico” que afinal se reduz ao seguinte: realizar o mesmo trabalho e obter os mesmos resultados econômicos com menos força de trabalho e, portanto, com custos inferiores aos que antes vigoravam” (BAUMAN, 2005, P. 24).

E por conta desta exclusão, encontram-se em um lugar cada vez mais ancorados na pobreza (Singer, 2000). A empresa globalizada não está regulada e focada no bem estar social, seu objetivo principal é produzir para gerar lucros. Portanto, seu olhar para o ser

humano, está condicionado aos potenciais científicos e de consumo e se este não oferece tais potenciais, ele não tem importância, é descartado (Idem, 2000).

Dessa forma, é dado o ponto de partida para o capítulo seguinte que se ocupará de analisar o processo de acesso à moeda, em relação direta com a evolução do sistema econômico.

## CAPÍTULO II- DA EVOLUÇÃO À EXCLUSÃO

Este capítulo introduz os processos históricos de modificação estrutural dos modos de produção e como estes se relacionaram com as diferentes formas de organização em sociedade. Em alguns casos, procura-se achar um conceito prático acerca da utilização da moeda-dinheiro na economia assim como evidenciar a participação e o acesso à moeda dos diferentes agentes, baseados no enraizamento social. Dar-se-á maior ênfase ao período feudal, aos séculos XVIII e XIX, e ao período contemporâneo, observando como a sociedade age com seus excluídos e o papel da moeda nesta exclusão. Dessa maneira, pretende-se chegar a um panorama em que se abre espaço para a criação de alternativas de inserção como a utilização de moedas sociais.

### II.1- Análise da Idade Média

Conforme visto no primeiro capítulo, durante o feudalismo, a moeda tinha uma conotação social e carregava particularidades próprias da sociedade da época.

Por feudalismo, Le Goff (2004) explica:

“Uma grande transformação, que chamamos *feudalismo*, ocorreu por volta do Ano Mil. Ela aumentou sem dúvida as injustiças e as desigualdades, mas proporcionou à massa certa segurança, da qual nasceu um relativo bem-estar. A Igreja repensou a nova sociedade. Por um lado, procurou desembaraçar-se de seus vínculos com o século. Por outro, esforçou-se em cristianizar verdadeiramente a sociedade” (p. 65),

Sobre tal pensamento, é necessário qualificar algumas ideias de Le Goff (2004). O que significa dizer que o feudalismo foi uma “grande transformação”? Ou o que proporcionaria “à massa certa segurança”, gerando um “bem-estar”?

Na Idade Média, não havia um pensamento econômico especificamente voltado a coordenar o conjunto das relações sociais de trocas e da administração dos bens. Cabia à Igreja, como mais importante instituição à época, definir estas relações (Le Goff, 2004, p 67). Falar em uma “grande transformação” é, certamente, afirmar algo muito mais intenso e amplo do que a revolução tecnológica no campo. Falar em “grande transformação” é

reorganizar os papéis sociais. Como afirma Le Goff (2004), culmina com a transferência, embora lenta, de funções da Igreja de natureza econômica para outros grupos sociais.

Neste momento da Alta Idade Média<sup>2</sup>, a terra era o centro da discussão, e não a moeda (Metri, 2007, p. 58). Portanto, ao falar de Feudalismo e das relações sociais e econômicas existentes, considera-se um período no qual a produção e o poder eram descentralizados. A divisão econômica dos feudos permitia que cada feudo participasse como ator quase autossuficiente de seu consumo e de suas relações de troca. A produção de subsistência e a troca dos excedentes davam o tom de tais relações entre feudos e, conseqüentemente, entre agentes que desempenhavam papéis bem definidos nestas.

“Apesar de diferenças regionais significativas dentro do espaço europeu, pode-se afirmar que, numa determinada fase da história medieval européia, foi a terra e não a moeda a mais importante forma de riqueza, além de se constituir na base do poder de qualquer autoridade central. A terra, com efeito, era o alvo principal da disputa entre aqueles que participavam das ações militares de conquista e defesa, assim como dos que buscavam acumular riqueza” (Metri, 2007, p.59).

Contudo, nem todos os agentes eram dono de terras e, dessa forma, nem todos detinham algum poder. Quando Le Goff (2004) se refere ao feudalismo dizendo que este “aumentou as injustiças e as desigualdades” (p. 65), certamente se refere ao poder, embora descentralizado, concentrado nas mãos dos senhores feudais, que subjugava os servos e os poucos camponeses livres.. Assim sendo, a forma monetária poderia ser suficiente neste contexto em que esta tinha valor passageiro, uma vez que a produção era interna e de subsistência e o comércio “ocasional” (Metri, 2007, p.59).

Segundo Dobb,

“Fundamentalmente, o modo de produção no feudalismo foi o pequeno modo de produção — levado a cabo por pequenos produtores ligados à terra e aos seus instrumentos de produção. A relação social básica assentava-se sobre a extração do produto excedente desse pequeno modo de produção pela classe dominante feudal — uma relação de exploração alicerçada por vários métodos de ‘coação extra-econômica’” (Dobb, 1977, p.217).

---

<sup>2</sup> Segundo Metri (2007, p. 3) Alta Idade Média ou Idade Média Plena, é o período histórico compreendido entre os séculos XI-XIII.

Apesar de tudo, a economia feudal, segundo Dobb (1977), ainda produzia alguma ascensão socioeconômica. Por isso, conclui, havia dentro do próprio sistema feudal de desigualdades o germe para a produção e acumulação mercantil-capitalista.

“Na medida em que os pequenos produtores conseguiam emancipação parcial da exploração feudal — talvez no começo um mero abrandamento (como a transição da renda-trabalho para renda-dinheiro) — eles podiam guardar para si mesmos uma parte do produto excedente. Assim obtinham os meios e a motivação para melhorar o cultivo e ampliá-lo a áreas novas, o que incidentalmente serviu para aguçar mais ainda o antagonismo contra as restrições feudais. Assim se lançaram também as bases para alguma *acumulação de capital no interior do próprio pequeno modo de produção* e, portanto, para o começo de um processo de *diferenciação de classes no interior da economia de pequenos produtores* — o conhecido processo, presenciado em várias épocas em lugares muito espalhados do mundo, no sentido da formação, por um lado, de uma camada superior de agricultores progressistas relativamente abastados (os *kulaks* da tradição russa) e, por outro, de uma camada de camponeses arruinados. Essa polarização social na aldeia (e, de maneira similar, nos artesanatos urbanos) preparou o caminho para a produção assalariada e, em decorrência, para as relações burguesas de produção.” (Dobb, 1977, p. 220 Grifo do autor)

A partir do século XI, a Europa passa para uma nova conjuntura, expandindo-se a padronização e observando-se evidente recuperação econômica que via remonetização da economia, cujos principais indicadores são “o crescimento demográfico, a revolução agrícola, a revolução comercial, a expansão na produção artesanal, a expansão urbana e das cidades, bem como a própria remonetização da economia” (Metri, 2007, p. 64).

“Ressalta-se, por fim, que, em todos os casos acima mencionados, a moeda, ou melhor, o reaparecimento de uma economia monetária a partir do século XI na Europa, esteve *unicamente* associado aos elementos inerentes à dinâmica dos mercados, fosse pelo lado da demanda (com o crescimento populacional), fosse pelo lado da oferta (com a expansão da produção agrícola e manufatureira, associadas às inovações técnicas), ou ainda em razão de mudanças na forma como oferta e demanda passaram a interagir entre si, vale dizer, nas técnicas e instrumentos mercantis e monetários (denominados, por alguns historiadores, de

‘revolução comercial’)” (Metri, 2007, p. 65).

É possível, aqui, aplicar os conceitos de Polanyi no que diz respeito à sociedade feudal - a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio - uma vez que há grande “enraizamento social” em tal sociedade (Vinha, 2001, p. 2). Assim sendo não há como analisar a sociedade feudal e a passagem da mesma para uma sociedade capitalista sem verificar, no caso exclusivo do papel monetário nesta sociedade, as relações sociais existentes nesta e naquela sociedade.

A moeda na Idade Média passa a ter papel preponderante com a ascensão da burguesia e das relações comerciais crescentes pelos motivos anteriormente demonstrados. Porém, há que se concordar que nada disso aconteceu de maneira automática ou mágica (Dobb, 1977). Faz-se, portanto, a pergunta: Além de ajudar no “desenvolvimento” da economia feudal para a economia capitalista, que papel teve a moeda na redução das desigualdades sociais via inclusão nas relações comerciais das “massas”?

Numa economia em crescente utilização monetária e em processo de centralização de poder, as desigualdades sociais continuaram a ocorrer. Pode a moeda ter tido papel fundamental nesta sociedade, ou estaria assumindo o papel atribuído, anteriormente, à terra como fonte de poder? Enquanto as trocas cumpriam seu papel no nível local, apesar de desigual, incluía toda a sociedade. Ao se atentar para a utilização da moeda como meio de troca, e na tentativa de unidade de conta mais centralizada, sua acumulação por parte dos que já detinham o poder gerou ainda mais poder. O poder, outrora descentralizado, passa a ter maior capacidade de alcance, assim como a marginalidade passa a representar ainda mais. Metri (2007) afirma que:

“(…) unidades políticas territoriais pequenas, fragmentadas ou, quando maiores, com pouca capacidade de gerência e dominação de seus territórios, aglutinaram-se, fortalecendo a função central e formando, séculos mais tarde, unidades políticas territoriais maiores, contíguas e claramente circunscritas, que passaram a desfrutar de uma soberania mais ampla, através do controle mais efetivo dos instrumentos de violência e coerção física.” (p.75)

Cabe a pergunta: como uma sociedade com essas características poderia ser menos desigual? E como a moeda poderia ser uma das protagonistas desta história no sentido de gerar menos exclusão?

Tal “evolução” lançou o germe da economia de mercado, uma vez que criou características suficientes para a produção de mercado e, a princípio, incluía os excluídos camponeses nesta “revolução”. Havia mercado, mão de obra e consumidores. Só que tal fato foi surpreendido pelo início de uma nova era, onde estes mesmos excluídos passaram a ser excluídos em outro modo de produção. Não é difícil pensar em como se daria a relação entre os novos burgueses ávidos por retirar do mercado o lucro que lhes era desejado e uma população pobre e grande. Criava-se outra relação de dependência, só que desta vez impessoal e mais dependente com o trabalho assalariado. Não seria possível que estes camponeses escapassem para outra situação. A relação entre si, não era viável, uma vez que a produção para subsistência e troca de excedentes estaria fadada a nada. Não havia posse de terra, não havia posse de moeda, logo não havia outra coisa que não servir de mão de obra barata para assim receber seu salário em moeda e sobreviver. Tal fato será tratado no próximo capítulo ao ser descrita uma situação muito mais próxima cronologicamente do que se parece (Metri, 2007; Dobb, 1977, p. 213).

Assim sendo, admite-se que no período feudal houve tanto escassez quanto exclusão monetária. Ao tratar a moeda como metal precioso ou fonte de poder, a limitação de metal precioso, assim como a limitação de terras, levaria à exclusão monetária - aqui se está admitindo uma relação de equivalência direta e simples entre terra e moeda, o que nem sempre ocorre. E um grupo específico de agentes seria beneficiado, pois este processo criou um grupo social novo: os “mercadores-banqueiros” (Le Goff, 2005, p.96), “detentores” das riquezas em forma de moeda, pois assumiam o papel de banqueiros (Metri, 2007, p.100).

O avanço para os centros permitiu que a produção passasse de uma produção doméstica a uma produção por demanda. O trabalho adquiria outra perspectiva no sentido de poder gerar uma riqueza palpável e contável. Era uma nova classe de artesãos que surgia. Sua produção era independente, autônoma.

## **II.2 - Análise dos séculos XVIII e XIX**

Os acontecimentos da passagem do século XVII para o século XVIII são de grande importância para esta análise. Entre eles, destacam-se a criação do banco da Inglaterra e a consolidação da ‘moeda circulante’ em relação à moeda metálica internacional (Villar, 1980, p.265). As guerras que criaram mercado consumidor impõem grandes aumentos aos impostos e tornarão as operações de crédito essenciais; a tentativa de estabilização de preços e das moedas locais; queda e posterior aumento e produção de minerais metálicos; uma moderna utilização de dois sistemas monetários, um interno, flexível, e outro para as relações internacionais na Holanda, incluindo o papel do comércio fervilhante em Amsterdam, são fatos marcantes deste período. Segundo Villar (1980), a sociedade econômica europeia já se utilizava do papel moeda, enfrentando suas complexidades e já tinha com a economia fortes preocupações como desvalorizações e inflação. (Villar, 1980, p.252-285)

“(…) apesar das complexidades da circulação monetária dos anos 1696-1714, onde a circulação do papel tornou-se importante apesar da enorme carga fiscal imposta pelas guerras e apesar da desvalorização deste papel moeda inglês no mercado internacional de trocas, de fato a moeda inglesa viu instalarem-se as condições de uma consolidação, ao mesmo tempo pela expansão da atividade comercial e industrial do país e pelas vantagens de tipo marítimo, colonial e comercial asseguradas pelas vitórias militares e diplomáticas.” (Villar, 1980, p.275)

Este é um período com bastantes disparidades sociais e políticas. Enquanto alguns países enfrentam longos invernos, o que pode ser dito da França, por exemplo. Muitas delas resultado da dificuldade de enfrentar um novo modo de sociedade e produção. O capitalismo, no século XVIII, na Europa, segundo Villar (1980), “alcançou certo equilíbrio entre: a produção e a circulação de mercadorias; as circulações monetárias internas de vários países e a produção e a importação de metais preciosos” (p.314).

Nada disso teria sido capaz não fosse a ação do Estado que conteve os ânimos monetários. A moeda vigente nestes séculos é muito mais que mera evolução das moedas antigas e este sistema é bastante diferente de qualquer sistema já verificado. Trata-se de uma imposição do novo ao velho (Soares, 2006, p.114).



“Em contraste com as moedas diferenciadas do mundo antigo, que favoreciam a articulação social via diferenciação social, parentescos e solidariedades internas, ao mesmo tempo em que dificultavam a monetarização, a unicidade e centralização na criação e utilização como equivalente geral da moeda tende inicialmente a estimular formas mais homogêneas de organização em sociedade, embora destituídas de maior apelo à solidariedade interna. Antes pelo avesso, alimentando um espírito de concorrência e desresponsabilização em relação ao restante do edifício social.” (Soares, 2006, Pp. 113s)

Conforme explica Soares, o enredo social sofre grande mudança com o correr dos séculos e denota uma importância muito grande dos agentes na economia em detrimento das desigualdades e exclusões. A sociedade nessa época já vivia nas cidades e o campo já era sinal de atraso. O que poderia ser tratado como uma evolução no que se diz respeito à moeda, pelo menos, parece ganhar uma nova cara mais forte e mais dura.

Pode-se afirmar que a revolução industrial marca o início do tempo moderno e com ela a moeda assume sua definição principal, na análise de Carvalho (2007, p.1). Conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, a moeda é “objeto que responde a uma necessidade social decorrente da divisão do trabalho”. Admitir a moeda como necessidade social decorrente de um processo econômico faz todo sentido aqui, pois absorve conceitualmente a predominância da ortodoxia da economia face ao social que deriva da mesma. Assim sendo, não demorou para que houvesse algum tipo de descontentamento humano frente o que colocava o homem à parte dos lucros e da acumulação.

Segundo Fiori, Polanyi identifica na sociedade os movimentos duplos gerados pelo sentido social no qual os homens seriam preservados, e o sentido econômico que é liberal na finalidade de geração de um mercado autorregulável. (Fiori, 1999, p.55). Este duplo movimento rege as ações da sociedade nos períodos da história. E neste período específico, é válido observar a predominância do econômico sobre o social. Por outro lado, a atuação do Estado tende a garantir a proteção social.

Neste momento, já acontecera na história a reforma protestante e, com ela, uma nova lógica sobre trabalho e riqueza emergiria, derivada, principalmente, das ideias calvinistas. O trabalho passa a ser visto como fonte legítima de riqueza, mas, por outro

lado, amplia-se a visão burguesa de manutenção da ordem social. Além da inicial difusão dos ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade.

“O homem moderno passou a imolar sua vida no altar do "trabalho" e a tomar como situação de felicidade a submissão a um "emprego" determinado por outrem. O trabalho tornou-se nesta era uma atividade compulsiva e incessante, a servidão tornou-se liberdade e a liberdade, servidão; ou seja, a aceitação voluntária de um sofrimento, sem outro sentido senão ele próprio. Para o homem dos tempos modernos, o tempo livre inexistia, ou é escasso. Passou a ser, por outros meios, um mero prolongamento do trabalho, veja-se a indústria da diversão. A lógica do trabalho perpassa a cultura, o esporte e, até mesmo, a intimidade. Em outras palavras, ela apoderou-se de todas as esferas da vida e da existência humana.”(Lima & Seconi, s/d, p.9)

Porém, à Revolução Industrial soma-se a crescente substituição de mão de obra humana pelas máquinas, gerando assim uma contradição entre o pregado na época e a realidade. As condições de trabalho eram péssimas e o sistema gerava ainda mais exclusão e miséria nas grandes cidades. A isto pode ser somada a concentração da riqueza, agora não mais nas mãos dos senhores feudais, mas de uma nova burguesia ávida por lucros e acumulação de riqueza.

“Only the reduction of the whole relationship to money—whether we receive it or give it away—releases us from the determination that comes to us from something outside ourselves. So it is true that the frequent conversion of obligations into Money payments in the eighteenth century gave to the peasants a monetary freedom. Yet such conversions took away from him what cannot be bought by money and what primarily gives freedom its value—the trustworthy object of personal activity. To the peasant, the land meant something altogether different from a mere property value; for him it meant the possibility of useful activity, a centre of interest, a value that determined his life, which he lost as soon as he owned only the Money value of his land instead of the land itself. The reduction of his landed property to its mere money value pushes him on the road to proletarianization. A different level of agricultural social relations exhibits the same form of development.” (Simmel, 2004, p.402)

Simmel (2004) inclui outro tema importante na discussão ao revelar o fator social e pessoal nas relações econômicas. De fato, não existem relações estritamente econômicas e isto se torna palpável quando pensa-se nas relações com o dinheiro. Para o camponês, a terra valia muito mais do que o valor da propriedade, devido a sua utilidade. A perda da propriedade por qualquer valor que possa ter sido alcançado não trouxe a ele nenhuma utilidade, e acabou por excluí-lo de suas necessidades e do sistema econômico.

Sobre o processo de cercamento, Polanyi indica que

“Os cercamentos foram apropriadamente chamados de uma revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores de terra e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo leis e costumes antigos, às vezes por meios violentos, frequentemente através de pressões e intimidação. Eles estavam literalmente roubando os pobres de sua parte nas terras comunitárias, demolindo casas que, em virtude da força do costume, até então inquebrável, os pobres haviam considerado como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo rompido; aldeias abandonadas e as ruínas de habitações humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, colocando em perigo as defesas do país, devastando suas vilas, dizimando a população, reduzindo o solo sobrecarregado a pó, atormentando o povo e transformando-o de lavradores decentes em uma malta de mendigos e ladrões” (Polanyi, 1980, p. 53).

O modo capitalista instalado na Revolução Industrial, com foco nos centros urbanos e não mais nas terras, e embora tenha parecido de grande sucesso, à primeira vista, como o foi para a Inglaterra, onde o modelo melhor se difundiu, o fenômeno da exclusão bateu à porta da periferia, segundo Fiori (1999, p. 69). Para a elite comercial e neoindustrial, registrando-se que a “indústria-padrão” artesanal de dois séculos atrás foi sendo substituída por novas formas de produção em que a divisão do trabalho era protagonista, houve grandes ganhos com a revolução industrial, porém há outros envolvidos e não apenas agentes individuais ou de classes, mas países sem a mesma dinâmica que com a maior interação comercial, passaram a registrar grandes perdas, desde a exclusão no caso dos atores quanto à perdas de vantagens relativas e absolutas no padrão de comércio (Fiori, 1999, p. 69).

Não é desejado tratar da revolução industrial como fato geral, uma vez que este ocorre basicamente nos países centrais, principalmente na Inglaterra, conforme dito acima, porém, devido às conseqüências e implicação prática, tal modelo permite grandes aspirações, pois se centralizando na Inglaterra, é possível visualizar um movimento centro periferia, no qual países, principalmente os colônias, agiam em torno do centro como que concedendo matérias primas e mercado consumidor. E o modelo inglês torna-se mais especial ainda quando visualizado que estes países, apesar de terem tido no fim do século XIX grandes crescimentos econômicos, não chegaram a ser centro e permaneceram na periferia excludente (Fiori, 99, p. 66). Segundo Fiori, “foi possível compatibilizar a integração e dependência econômica dos países latino-americanos no padrão e no ciclo da economia inglesa” (Fiori, 99, p. 77). Era a globalização econômica que gerava dependência e novas interpretações sobre a dinâmica mundial.

Não é objetivo deste trabalho tratar os fatos históricos consecutivos em evoluções e, portanto, avaliar o quadro vivido nos séculos XVIII e XIX como um dos melhores e mais eficientes surgidos na Idade Média. Deseja-se verificar o que há de semelhança entre os modelos. Se por um lado, no contexto do feudalismo não havia muitas expectativas de ascensão social ou melhoria de vida, este contexto ganha novo contorno nos séculos acima citados, com a ascensão da classe burguesa a um novo *status quo* de poder e atuação sócio política, o quadro de exclusão tendeu a piorar com o passar do tempo, com uma população mendicante nos grandes centros, e condições de trabalho insalubres. Um fato importante neste processo, a evolução é a relação dos agentes com os meios de produção. Se por um lado a massa camponesa e servil na Idade média tinha seu meio de produção no qual era independente, a terra, o trabalho nas fábricas era a certeza de um trabalho muito menos pessoal e indireto, no qual se trabalhava nos meios de produção do capitalista e deixava-se lá tudo por um salário.

Esta relação é, atualmente, motivo de grande debate na economia no que tange à da mecanização do campo *versus* a produção familiar e seus contextos são de grandes semelhanças e aplicabilidade.

O século XIX viu o início das alternativas para a exclusão do sistema capitalista “a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade

solidária”(Santos, 2002, p.1), afirmando ainda ser o capitalismo industrial, berço dos primeiros movimentos de cooperação. Segundo Santos (2002),

“De fato, as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como reação a pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses pequenos produtores em trabalhadores das fabricas pioneiras do capitalismo industrial Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo — as cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, e cujo objetivo inicial foi à oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consume baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores.” (p.1)

Pode-se observar que as mudanças ocorridas na sociedade que avançou ao capitalismo não beneficiaram a toda a sociedade. Na verdade, isolou-se o conceito de sociedade do modo de produção, dando-se maior ênfase a este do que aquele. Não se verificando, também, mecanismos sociais de redução das desigualdades e diminuição das exclusões, de fato não era meta daquela sociedade frente ao que ocorria. Contudo, houve um movimento de resposta e tentativa de inclusão com o surgimento das cooperativas como “alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado.” (Santos, 2002, p.1)

### **II.3 - Análise contemporânea**

O movimento econômico é marcado pelo favorecimento às elites econômicas que detêm o poder de decidir sobre as políticas monetárias. Segundo Fiori, parecem ter retornado ao modelo pós-colonial e do século XIX, ainda que sofrendo severamente com as diferenças entre os mercados locais e os mercados mais desenvolvidos no exterior. Recebendo, inclusive, dos norte americanos a “estratégia liberal desenvolvimentista organizada por seus Estados, aliada ao capital financeiro internacional” (Fiori, 1999, p.77).

Há, por outro lado, a tentativa, por volta da década de 70, de uma maior proteção dos países periféricos, frente ao sistema desigual que se instaura, principalmente no que diz respeito à distribuição de riqueza num nível global (Fiori, 1999, p.78). Tal movimento, segundo Fiori, tem a resposta norte-americana no sentido de enfraquecer os processos de solidariedade entre os países latino-americanos. Eram necessários “mercados desregulados, economias abertas e exportadoras e Estados liberais não intervencionistas” (Fiori, 1999, p.79) para que as periferias se mantivessem sobre o controle da política financeira do grande centro. Tais medidas tendiam ao endurecimento de qualquer medida econômica autônoma dos países periféricos que nas crises negociavam acordos de empréstimos que engessavam ainda mais sua capacidade de gerenciar de fato sua economia, assumindo medidas comuns a todos independentemente de suas realidades (Freire, 2011, p. 23). Nesta defesa do emprego, o Estado perde força econômica e filosófico-política a partir dos anos 70 com a retração industrial e o avanço do neoliberalismo que atua como redutor das suas funções, tendo por base ideias como a ineficiência do Estado. Tal ideologia retira do Estado não só o papel de manutenção do bem-estar no que concerne ao nível de emprego, mas também reduz sua participação social (Carrion & Costa, 2003).

“Na prática esses países mantêm formalmente o autogoverno interno, mas compartilham de forma crescente sua gestão com os Estados Unidos, através de seus organismos multilaterais e da *haute finance* americana. Não dispõem de um sistema de crédito e de capital financeiro sob o comando nacional (...)”. (Fiori, 1999, p.79)

Verifica-se, dessa forma, um desprezo para com os agentes internos da economia, como as pequenas empresas, comunidades locais e o segmento de excluídos (Freire, 2011, p.23). Soma-se a isto, a maior dependência em momentos cíclicos de crise do capitalismo que fazem com que as ações destes países seja “reduzir a produção e o emprego internos até o nível requerido pela manutenção do equilíbrio externo, dada a oferta de capitais do momento” (Fiori, 1999, p. 81). Neste sentido, a regulação econômica e as ações inclusivas ou redistributivas de nível nacional ficam bastante comprometidas, fazendo com que as crises do capitalismo atinjam em cheio a sociedade, gerando ainda mais exclusão, pois os

agentes menos capacitados assalariados perderão seus empregos e diminuirá mais ainda as chances de conseguir um para os que já estão excluídos do mercado de trabalho.

“Como previa Polanyi, alargaram-se os sistemas políticos e o crescimento das grandes metrópoles aumentou geometricamente o potencial de resistência social a ser atropelada por uma estratégia monetária e orçamentária que reduz, inevitavelmente, as expectativas de mobilidade social da população” (Fiori, 1999, p.81)

Evidencia-se um modelo que privilegia os agregados mais fortes que são sustentados em detrimento dos mais fracos. Não há atenção do sistema financeiro e de crédito no sentido de atender às necessidades de moeda e crédito dos agentes menores, como pequenas empresas, que padecem para ter acesso a produtos e serviços financeiros (Freire, 2011, p. 24). Singer destaca que os bancos privados não têm interesse em manter “clientela” de classe mais pobre e a orientação liberal dada aos bancos públicos fazem com que estes hajam de maneira similar, enquanto movem montanhas pelos de maior poder, com isso abre-se o espaço para discutir a economia mais solidária e também do real papel dos bancos no sistema financeiro e na sociedade atual. Estes têm papel central e fundamental na sociedade, haja vista a maior parte de a população necessitar de seus serviços, seja como mediador de troca, ou dispensador de crédito, por exemplo. São mecanismos únicos na economia e na sociedade e poderiam, portanto, oferecer alternativas no combate à exclusão financeira, embora sejam os bancos os principais responsáveis pela exclusão através da dinâmica de lucros e do favorecimento ao capital especulativo (Singer, s/d, pp.1-2).

A forma de ampliação capitalista liberal tende a intensificar a exclusão, pois elimina a noção do social ao mascarar os direitos e deveres da sociedade, valorizando a economia em relação à sociedade. Com isso o capitalismo liberal passa a dominar também as relações sociais, fazendo com que os agentes nem sequer enxerguem alternativa de mudança do padrão social estabelecido (Soares, 2006, p.101). Tal fato desafia os Estados, dificultando a o rearranjo econômico de forma a produzir uma economia mais sustentável e inclusiva não só a nível local, mas como também a nível internacional no que se refere a sistema financeiro (Freire, 2011, p.24).

Singer reitera que a exclusão diz respeito, também, aos serviços “de todas as instituições públicas”. Para os excluídos, o trabalho é informal, a moradia são loteamentos irregulares, como favelas ou ‘invasões’, seus filhos não são registrados ao nascer, assim como os óbitos (Singer, s/d, p.2).

Portanto, a sociedade marginalizada excluída das organizações econômicas passa a ter um perfil de topo piramidal, parecido com uma sociedade paralela, uma vez que a maioria encontra-se nos mesmos lugares e compartilha dos malefícios da exclusão.

Os problemas do sistema econômico financeiro não param por aí. Refletem-se no movimento bancário um combustível ainda mais eficaz. Torna-se mais vantajoso o investimento improdutivo, que revigora ainda mais o panorama descrito acima, do que o investimento produtivo. Segundo Soares (2006), “faz sentido cortar árvores e depositar o dinheiro no banco, pois ele se valorizará mais rápido e eficientemente que o crescimento e a produtividade das referidas árvores” (p.122). É a moeda pela moeda, a economia pela economia, homem pelo homem e natureza pelo homem (Idem, p.122). E os que estão de fora desta realidade continuam de fora, pois se não há como ganhar, sempre haverá um jeito de perder ainda mais (Singer, s/d).

Uma economia movida por tão pouca certeza seria capaz de motivar uma sociedade a sair sem intervenções do estado de exclusão? Singer se faz esta pergunta e responde dizendo que os corolários aos quais se submetem às leis financeiras e monetárias são muito frágeis e que os atores ao apostarem no e viverem do ativo financeiro como principal fonte de riqueza da economia estariam a vagar pelo acaso das incertezas (Singer, 2000, pp. 123-125).

Segundo Freire, é possível evitar as crises no sistema monetário e financeiro. De acordo com esta autora, o sistema financeiro padece de fragilidade por sua eficiência e unicidade de contas em cada Estado nacional que se utiliza destas moedas para exercer seu poder tributário e assim fortalecer-se como poder político e monetário. A solução, segundo ela, estaria na diversificação monetária com a consequente utilização de moedas paralelas e sociais emitidas por diversas instituições, o que facilitaria o enfrentamento destas crises (Freire 2011, p.26s). A estas moedas, tal como o objetivo em que são utilizadas, se dedicará o próximo capítulo deste trabalho.



## **CAPÍTULO III - MOEDA SOCIAL: CONCEITO E**

### **APLICAÇÃO**

Este capítulo descreve de maneira clara e objetiva os conceitos, as características e o histórico da moeda social. Denominamos moedas sociais às moedas que têm lógica cidadã e social, embora muitas delas apresentem apenas algumas relações em comum com as moedas sociais propriamente ditas.

#### **III.1 - Economia solidária**

Esta seção tem por meta expor a modalidade de economia chamada economia solidária de maneira breve, visando apresentar o conceito que orientará e introduzirá o estudo acerca das moedas sociais, uma vez que os grupos que utilizam estas estão, em geral, vinculados à economia solidária.

##### **III.1.1 - Conceito e aplicação**

O modelo capitalista não é capaz de lidar, em processo de ciclos expansionistas, com altos níveis de desemprego e de exclusão social. Tais ciclos expansionistas geram crises que afetam em maior escala os mais pobres. Isto se deve em grande medida ao enraizamento social da cultura capitalista de competição exacerbada e de uma participação político-econômica excludente, principalmente ao nível local. A economia solidária atua, justamente, neste contexto de organização local, irradiando-se de ‘baixo para cima’ e apresentando-se como alternativa no que diz respeito à inclusão social no processo econômico (Carrion & Costa, 2003). Segundo Primavera (2002), foi necessário que o povo compreendesse o mercado não apenas como representação de poder ou de concentração, mas como um “espacio de interacción en que los seres humanos demandan lo que necesitan y ofrecen el producto de sus talentos, **para que cada quien tenga lo suyo**” (p.5 Grifo do

autor). Avalia o mercado como uma forma de interação solidária entre os agentes que agem em completude e coordenação para adquirirem o que necessitam e oferecerem o que lhes é adicional. Esta visão seria apenas um espectro do que existe no mercado puro e não elimina os paradoxos existentes, mesmo com a conclusão da autora de que os agentes interagem “para que cada quien tenga lo suyo”. Ainda assim, como afirma Primavera, existe muita “confusión epistemológica entre riqueza y dinero” (Idem, p.5).

A partir do século XIX, quando os trabalhadores reivindicavam mais autonomia e trabalho, baseando-se em ideias de cunho socialista, forma-se o embrião da economia solidária (Singer, s/d, p.4).

Segundo Singer (2002), as contradições do capitalismo abrem brechas ao admitir o sucesso de organizações com uma lógica oposta à lógica capitalista. Enquanto no capitalismo vigora a competição como forma de garantia de inovações contínuas e dinamismo do mercado, a economia solidária age no sentido da cooperação entre uma rede de agentes (Soares, 2006, p.167). A maneira de agir de forma solidária ultrapassa a dimensão econômica, e tem por objetivos a justiça social e a relação harmoniosa entre as pessoas (Freire, 2011).

Pode-se entender por economia solidária uma forma de produção e de distribuição de riqueza gerada, utilizada e gerenciada por agentes à margem da economia e em estado de cooperação (Singer, 2002). Em consonância com este conceito, é possível acrescentar que a economia solidária surge não apenas como uma alternativa à exclusão, conforme descrito acima, mas, em alguns casos, é entendida como modelo econômico concorrente ao modo de produção capitalista, concepção esta equivocada, como observa Soares (2006).

Uma das características centrais da economia solidária é a autogestão, ou seja, delegar aos membros (empregados, em geral), de forma democrática, a gestão e o poder de decidir sobre os rumos da organização (Singer, 2002). Esta forma de gestão não apenas envolve igualdade, evitando apropriações indevidas, mas, também, cria laços entre os participantes, os quais se encontram, principalmente, nas comunidades mais carentes e marginalizadas (Singer, 2000).

Partiu de França Filho (2007) a definição mais profunda acerca da economia solidária. Segundo ele, é possível, além de enxergá-la em nível local, considerar a economia solidária como uma “articulação inédita” (p.160) entre uma economia mercantil,

não mercantil e não monetária. Tal conceito é, segundo este autor, uma forma de interagir com os conceitos de auto-regulação, redistribuição e reciprocidade, todos eles contidos na análise de Polanyi (1980). Dessa maneira, a economia solidária seria uma forma inédita e inovadora de complementaridade de todas as modalidades econômicas existentes, ocupando-se, primordialmente, dos pobres e excluídos, remontando a elementos históricos nos quais a economia era mais humana (Lisboa & Faustino, s/d).

É neste contexto que se encontram os fundamentos do que trataremos a seguir: uma sociedade de “prossumidores”, os clubes de trocas, os bancos solidários e, por fim, a moeda social.

### **III.1.2 - Empresa solidária e “prossumidores”**

Na economia solidária, a forma como as pessoas se relacionam tem uma importância muito grande no que diz respeito ao sucesso das iniciativas. As relações vão além da esfera econômica e, assim, a oferta e a demanda têm fundamental participação na composição sócio econômica (França Filho, 2007).

Segundo Singer (2002), a relação entre os homens na economia ultrapassa em relevância e significado a relação com o capital, e a partir disso, induz à participação do homem como protagonista do meio em que vive. Diferenciam-se, assim, a empresa solidária em relação às demais empresas, baseadas na relação com o lucro.

“A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro mas a quantidade e a qualidade do trabalho” (SINGER: 2002, p.4)

Numa empresa solidária, os membros têm papel de consumidor e produtor e assim organizam sua atividade dessa forma. São os chamados “prossumidores” (Soares, 2006, p. 173; Singer 2002). Esta relação de prossumidores, segundo Primavera (2003), representa um modelo bastante benéfico de relação no sentido que facilita e muito, num circuito fechado, a prática de redistribuição da riqueza, uma vez que não deve haver desequilíbrios

entre os participantes. Além do que se instaura uma maior facilidade na tomada de decisões que ocorre de maneira democrática e participativa entre os próprios prossumidores. O agente deixa de ser empregado e passa a ser empreendedor, passa de um processo de exclusão do mercado a um fomentador de inclusão, com a ampliação do ambiente favorável à cooperação e à solidariedade (França Filho & Dzimira, 1999).

As empresas solidárias comumente são associadas às empresas às situadas no *terceiro setor* por se tratarem de “organizações privadas e com objetivos públicos” (França Filho & Dzimira, 1999, p. 145). Tal expressão traz como características:

“(...) elas são formais, privadas, independentes, não distribuem lucro e comportam uma participação voluntária. Acrescentando-se a estes cinco méritos dois outros: elas não são políticas (no sentido estrito do termo, como partidos, por exemplo), nem religiosas (...)” (França e Filho & Dzimira, 1999, p. 146)

O objetivo não é puramente econômico. Não se deseja a maximização de lucros, e sim a maximização da “quantidade e da qualidade do trabalho” (Singer, s/d, p.4) num contexto de reumanização dos processos econômicos. Existe, desta forma, “a importância das relações face a face, mesmo que mediadas por agenciamentos externos necessários, na construção dos novos vínculos e identidades” (Pinto, 2004, p.178), sendo que segundo o mesmo, a globalização tem extinguido as relações pessoais em nome de uma relação amplamente anônima e irresponsável.

Nas empresas solidárias, a lógica instrumental é convertida em solidária. Se por um lado naquela os empresários apropriam-se apenas do trabalho que lhes dão contrapartida, nesta nem sempre a contrapartida é necessária. Este fato, verificado por França Filho & Dzimira (1999) remetem à experiência de economia solidária na França e demonstra uma tendência do modo solidário a englobar de forma a gerar emprego e renda. Esta lógica não é de todo difícil de entender, desde que contextualizada. Não havendo motivação de lucros - o que não indica que há irresponsabilidades na condução das empresas - a inclusão torna-se muito mais fácil e necessária, o incremento das relações pessoais torna-se mais amplo e a contrapartida que se tem é muito mais social. Gera-se, portanto, um círculo no qual as pessoas tendem a reproduzir tais experiências gerando mais empregos e estreitando as relações interpessoais (Singer, 2002; França Filho & Dzimira, 1999, p.150).

## **III.2 - O que é moeda social?**

Esta seção tem por objetivo conceituar a moeda social, fazer um breve histórico e introduzir uma discussão sobre sua utilização e potencialidade. Também é objetivo desta seção apresentar as finanças solidárias, rede de trocas e bancos comunitários.

### **III.2.1 – Conceituação**

A representação de riqueza expressa na moeda, que reserva valor de compra e é perfeitamente transitável e de fácil utilização, como já descrito anteriormente, gera distintas formas e características de apropriação da mesma. Apesar da concentração de riqueza e restrições ao acesso à moeda, difunde-se a idéia de que a moeda é a principal fonte de riqueza, introduzindo, com isso, uma nova modalidade econômica. Consequentemente busca-se dar maior eficiência ao uso da moeda, explorando suas características de velocidade de circulação e de abertura de novos trajetos, seja por inclusão de mercados, seja por concessões de crédito sem juros (Búrigo, 2001; Soares, 2006).

Esta segunda forma monetária, a ser explorada neste capítulo, denominada “moeda social”, é difícil de conceituar (Soares, 2006 p5), porém pode ser descrita por suas funções.

Segundo Soares (2006) apud Blanc (1998),

“A moeda social é uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária.” (P.135)

Esta conceituação merece dois destaques e explicações. Primeiramente, um conceito que não foi previamente abordado que é o conceito de moeda paralela. Em segundo lugar, destaca-se a visão de confiança mútua entre os agentes envolvidos.

Por moeda paralela, entende-se, segundo Blanc (1998), os “medios de pago y unidades de cuenta muy diversas utilizadas paralelamente a las monedas nacionales” (Blanc 1998 p.1) e, segundo Búrigo (2002), pode ser definida como:

“Unidades de cobrança diferente das unidades de cobrança nacional, ou também como meios de pagamentos que diferem dos meios nacionais, mas que dispõe de um poder de liberação legal, que dispõe de uma garantia de convertibilidade com a moeda central e que são emitidas sob um certo controle da autoridade monetária nacional” (p. 4).

Estas moedas paralelas são, portanto, "substitutos perfeitos" (Carvalho, 1992, p.184) das moedas nacionais, sejam moedas estrangeiras, consideradas moedas paralelas perfeitas, ou derivadas de instituições comerciais ou administrativas, de coletividade de pessoas com vocação não comercial ou de origem não comercial (Soares, 2006, p.130), consideradas moedas paralelas imperfeitas.

Segundo Búrigo (2002) e Soares (2006 *apud* Mizruchi & Stearns, 1994), a moeda só tem valor quando aceita pela sociedade. Por mais que seja óbvia tal constatação, esta assume um papel central no que trata de moedas sociais ou paralelas circulantes locais. Tais moedas vinculadas a bancos comunitários recebem muito auxílio e são implantadas por força política, assim sendo, são impactadas por variações políticas e, portanto, tendem a ter rejeição e aceitação mais complexa do que simplesmente um benefício do qual se tomaria posse. O nível de associação também se leva em conta neste caso, porque há necessidade de um maior entendimento de relacionamento entre pessoas para que a moeda possa circular entre elas e a solidariedade possa fazer seu papel.

Esta segunda observação no que diz respeito à aceitação popular, merece destaque de Primavera (2003), que trata da necessidade de a moeda circular em circuito fechado, usando como exemplo os clubes de troca. Logo, as moedas sociais precisam gerar credibilidade. Conforme Albuquerque (2003):

“Por moeda social, no sentido lato, deve-se entender o instrumento fiduciário (de confiança) utilizado por uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) que exerce sua função valorativa, que pode circular livremente em uma comunidade e é aceita como forma de pagamento; seu valor nominal não é igual ao valor intrínseco, depende da confiança daqueles que a recebem e a repassam, por isso não pode ser

usada como instrumento de entesouramento das riquezas produzidas pelos indivíduos ou comunidade” (Albuquerque, 2003, p.199).

No item a seguir, serão apresentadas as características da moeda social.

### **III.2.2 - Características**

A moeda social atende a duas das três características da moeda formal. São elas: meio de pagamento e unidade de conta (Primavera, 2003, p.193). Todavia, Primavera (2003) e Soares (2011) parecem discordar no quesito reserva de valor. Segundo Primavera, esta função não é inerente à moeda social, pois, na ausência da dinâmica de juros, não promove concentração de renda. Portanto, esta função se perde no contexto em que é utilizada. Por outro lado, observa Soares (2011):

“(…) se a moeda estiver sendo bem administrada, seu valor deverá variar muito pouco, ou de maneira reduzida, de tal forma que poderá ser utilizada para realizar alguma poupança. Ou seja, poupar ou não, reter ou não moeda é uma decisão grupal e individual, pois é parte integrante da tecnologia social da ‘moeda’ a possibilidade de servir de reserva de valor, essa função vem como consequência de uma boa administração do meio circulante e da cultura do grupo.” (p. 3)

Não há, pois, divergência entre as autoras no que diz respeito à primazia das funções. Para as mesmas, a lógica da primazia nas funções em comparação com a moeda oficial sofre uma modificação, ao afirmarem que no caso da moeda oficial a função de reserva de valor assume papel principal, enquanto no caso das moedas sociais a função de meio de pagamento é a mais importante.

Uma característica singular da moeda social, segundo Primavera (2003), é que ela é suficiente. Ao se basear em um sistema de juros, o custo de utilizar a moeda passa a gerar um movimento no sentido de retenção da moeda via investimento no mercado financeiro, substituindo o investimento produtivo, gerando malefícios ao sistema econômico (Albuquerque, 2003, p.199).

Segundo Primavera (2003), a moeda contemporânea paga o preço de ser abundante e a escassez vem da mesma abundância. Loco, produz um paradoxo, que Singer (2002) chama de *paradoxo da escassez monetária*. A moeda em excesso faz com que haja ganhos

de especulação por vezes maiores que o produtivo, de tal modo que, ao investir-se em especulação, retira-se investimento em produção.

Apesar de haver expansão de base monetária sempre crescente por parte dos bancos comerciais, as barreiras criadas aos menos favorecidos, e o custo de oportunidade ao capital produtivo, tornam a moeda abundante, escassa (Soares, 2006, p.119). Além de se acrescentar a necessidade de uma garantia, a qual não há por parte dos menos favorecidos.

De acordo com Primavera (2003) e Albuquerque (2003), a moeda social não é escassa nem abundante, mas suficiente, o que auxilia na sua não concentração e acumulação, a contar que circula num ambiente no qual os participantes valorizam os ganhos da coletividade via cooperação. Os juros alimentam a busca por lucros individuais, criando-se a necessidade por parte do setor produtivo em taxar a moeda e retirá-la do sistema mais rapidamente em forma de ganhos (Albuquerque, 2003, p.200).

Portanto, a moeda social assume a posição de mediador de pagamento, fazendo com que os indivíduos interajam quando há ganhos potenciais inerentes à dinâmica de trocas e também não se faz atraente no sentido da acumulação.

Segue abaixo um quadro comparativo, retirado de Soares (2006, p.165), no qual estão demonstradas de maneira sucinta as características da moeda social frente às moedas oficiais.



Quadro 1: Quadro resumo: moeda social, moeda nacional e padrão de desenvolvimento.

	Moeda social	Moeda nacional/contemporânea
Emissão	Descentralizada	Centralizada
	Coordenada pelos usuários	Coordenada pelos emitentes (Estado e Bancos privados)
Funções	Meio de pagamento	Reserva de valor
	Meio de troca	Meio de pagamento
	Reserva de Valor	Meio de troca
Usos Econômicos	Facilitar intercâmbios	Reter valor
	Instrumento do desenvolvimento	Instrumento para acumulação de capital
	Instrumento de cooperação	Instrumento de concorrência
Usos Sociais	Recentralizar a economia no homem	Centralizar e potencializar poder
	Estar acessível a todos que precisem	Ser instrumento da hegemonia dos fins econômicos
	Ser instrumento de maior liberdade e	Ser instrumento de exclusão social
Gestão	Participativa	Delegada
	Autônoma	Heterônima
Base para aceitação	Confiança mútua	Confiança intermediada pelo Estado
	Continuidade	Continuidade
	Utilidade/Necessidade	Valorização via escassez administrada
Padrão de desenvolvimento	Integral em construção contínua. Precisa ser socialmente discutido porque não tem mecanismos autoperpétuos. Chega a ser cansativo em sua necessidade de participação dos membros.	Economicista e teleológico, em direção ao crescimento das quantidades exploradas/incorporadas, porque a dinâmica dos juros compostos exige a concorrência via quantidades.

Fonte: SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. *Moeda Social – Uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo*, 2006, p. 165

### **III.2.3 - Finanças solidárias**

Empresas de finanças solidárias ou sociais são as que não visam lucro, apenas a execução dos serviços financeiros. São divididas em dois grupos:

As entidades de micro crédito (EMCs), que concedem crédito às microempresas e não podem receber depósito, apenas conceder empréstimos - estes empréstimos são concedidos em esquemas que diferem do empréstimo de uma organização financeira “comum”, pois não exigem-se garantias para a concessão – e as associações de poupança e crédito (cooperativas de crédito criadas no século XIX, na Alemanha, por artesãos e camponeses, são os exemplos mais antigos). Essas associações são autogeridas, isto é, os membros tomam as decisões e nomeiam os dirigentes; o crédito, chamado de fundo rotativo, provém de cotas depositadas pelos próprios sócios, e está disponível a todos. Na contramão deste modo autogestionário, existem os fundos rotativos solidários ou comunitários, fomentados pela Igreja Católica e pelo Governo, atualmente, em áreas muito pobres (Singer, s/d).

Todas essas formas de utilização de serviços financeiros se diferenciam muito da forma tradicional, sobretudo porque tem na parcela mais pobre e excluída seu principal alvo e sócio (Búrigo, 2001, p.2). Logo, como observa Singer (s/d), não é de interesse dos bancos comerciais tradicionais.

As finanças solidárias se diferenciam das tradicionais, principalmente, pela não cobrança de juros aos que tomam empréstimos. Assim sendo, ajudam a criar um círculo no qual não se vê vantagem na acumulação da moeda, seja no micro crédito, em moeda oficial ou em moeda social. Registra-se também a não exigência de garantias ao empréstimo ao considerar que o homem pobre deseja um crédito produtivo e tem todo o interesse em pagá-lo. Esta forma de finanças apresenta uma taxa de inadimplência baixíssima, conforme demonstrado por Muhammad Yunus, fundador do Gramenn Bank, de Bangladesh, e apresenta formas não tradicionais de cobrança, sendo estas, em nível local, dos maus pagadores (Yunus & Jolis, 1997).

### III.2.4 - Bancos comunitários

Melo Neto e Magalhães (2007) contribuem para este debate com uma definição sobre bancos comunitários apresentada no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em 2007:

“Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores” (p.1)

Como gerar trabalho e renda num bolsão de pobreza apenas com trocas entre sócios e territórios pobres? Singer (s/d) elabora esta pergunta ao analisar que muitas vezes um clube de troca entre pobres enfrenta grande dificuldade em gerar satisfação das necessidades básicas de cada participante.

, Em geral, só há mercado de troca para artesanato e alguns serviços, enquanto as pessoas têm necessidades básicas como comer e vestir-se. Não ser proprietário de terra, o que os permitiria trocar o produto excedente da terra e trabalhar para o sustento seu e dos demais, faz com que haja necessidade de uma moeda que não seja apenas um facilitador das trocas indiretas (Singer, s/d).

Os bancos comunitários surgem como a alternativa a esta restrição, pois são um misto de geração de micro crédito e utilização de moedas sociais. Os microcréditos são concedidos em moedas sociais aceitas para circulação nos mercados e lojas locais (Singer, s/d). Segundo Singer:

“A inovação que levou ao Banco Comunitário foi combinar duas modalidades de finanças sociais ou solidárias: o microcrédito, até então operado exclusivamente com a moeda oficial, e o Clube de Troca, operado desde o início com moedas

sociais. Como toda grande inovação social, depois que ela é posta em prática e demonstra dar os resultados visados, ela parece extremamente simples. Também neste caso, a aparência engana” (s/d, p.7).

Um banco comunitário tem objetivos diferentes dos bancos comerciais tradicionais. Segundo Mance (2003), os bancos comunitários trabalham a “serviço da vida” (p.121) e não apenas pelas operações financeiras normais visando alguma espécie de lucro. O banco comunitário deve servir à integridade do homem na sociedade, auxiliando e fazendo parte de sua vida para a geração não só de riqueza, mas de cultura e autoestima (Mance, 2003, p.120s).

### **III.2.5 - Clubes de troca**

Os clubes de troca são redes criadas para suprir a falta de emprego e a exclusão gerada em momentos de crise ou de desemprego. Quando falta dinheiro, as pessoas descobrem que podem trabalhar e produzir umas para as outras e não mais passar necessidades (Singer, s/d). Caracteriza-se por ser, de fato, um “clube” fechado no qual se define um número mínimo e um número máximo de sócios, de modo a que a atividade seja vantajosa a todos (Soares, 2006, p.141).

De acordo com Mance (2003), “clube de troca é uma união voluntária de cidadãos e cidadãos que estabelecem um intercâmbio econômico usando uma moeda local ou social criada e gerida por eles mesmos” (p.135). Como há necessidade de moeda para a troca entre os prosumidores, se utiliza a moeda social (Singer, s/d , p.4).

Primavera (2002) adiciona à discussão a importância da moeda social que expressa o crédito dos clubes de troca. Obviamente, a moeda é gerada através do crédito e, nestes casos, ela apenas o representa, porém, se há crédito deve haver maneira de expressá-lo. A forma de expressar o crédito nas redes sociais é a moeda social, assim sendo um problema com o crédito ou com a moeda impacta fortemente as redes de troca, tornando a crise inevitável. Há que se trabalhar para a manutenção do crédito e da credibilidade do mesmo através da moeda, sua expressão (Primavera, 2002, p.7). Segundo Albuquerque (2003):

“Este meio de intercâmbio tem fundamento ético, visto que para ser operacionalizado, ele supõe a participação equitativa do meio de troca entre os participantes, caracterizando, diferentemente do sistema monetário oficial, um processo autorregulatório, adaptável, não linear, pois depende do modo como se objetivam as diferentes formas de sociabilidade do grupo.” (p.203)

Cada associado ao chegar ao clube de troca recebe uma quantidade de moeda social como um empréstimo a ser devolvido quando deixar o clube (Singer, s/d, p.4). Assim, é garantida pontualmente a participação dos novos sócios havendo ainda espaço no clube para sua entrada (Freire, 2011, p. 109). Monetariamente, também, é concedida autonomia a cada grupo, liberando-os do poder central, emissor de moeda oficial (Albuquerque, 2003 p.203).

Segundo Soares (2006), as relações entre os sócios serão de grande importância, uma vez que visão objetivo deste modelo é tornar pessoal os processos econômicos. Contudo, o clube de troca prova que é capaz de romper com o sistema, ou ser-lhe complementar, quando há autonomia e participação dos membros na gestão monetária do clube (Soares, 2006, p.144).

### **III.2.5.1 - Breve histórico de iniciativas bem sucedidas de moeda social**

Com a grande depressão de 1929, surgem na Europa na década de 30, mais especificamente na região da Baviera, na Áustria na Suíça e, em menor escala e tamanho, na França, moedas sociais e locais com objetivos diferentes e que lograram bastante sucesso (Búrigo, 2001, p. 5; Albuquerque, 2003, p. 202). “Elas nasceram em territórios demarcados e normalmente desprovidos de desenvolvimento, de trabalho e onde o dinheiro oficial andava escasso” (Búrigo, 2001, p.6),

Na região da Baviera como forma de pagamento aos trabalhadores das minas de carvão, uma empresa se utilizou de uma moeda a qual chamou de “Wara” e que possuía juros negativos, ou seja, perdia o valor ao longo do tempo. Assim sendo, em pouco tempo já havia uma rede de mais de 2000 empresas se utilizando do mesmo mecanismo; na Áustria como forma de combate ao desemprego produziram-se bilhetes bancários que circulavam em forma de juros negativos, desvalorizando 1% ao mês, circulavam muito

mais rápido que a moeda oficial, e a Prefeitura também utilizava-se deste meio de troca, “dois anos depois, Worgl era a primeira vila austríaca a reencontrar o pleno emprego” (Búrigo, 2001, p.5). Vale ressaltar que esta moeda possuía lastro em moeda oficial; na Suíça, para não depender das formas oficiais monetárias, as empresas passaram a utilizar uma unidade denominada WIR<sup>3</sup> que também combatia a falta de moeda oficial (Singer, s/d, p.7; Búrigo, 2001, p.5, Albuquerque, 2003, p. 202; Primavera, 2003, p. 194).

Em todos os casos acima citados, exceto o WIR, houve supressão, seja dos bancos centrais ou dos governos centrais no sentido de temer uma descentralização do poder e acabou, então, por não permitir uma análise mais acurada dos resultados (Primavera, 2003, p.194).

Surge, na década de 1980, no Canadá, por ideia de Michael Linton - um analista de sistemas canadense (Primavera, 2003; Singer, 1999) como resposta ao desemprego gerado por uma crise industrial madeireira, os LETs ou SEL - tradução francesa que, segundo Primavera (2003), significa “Vamos!”; como a tradução da expressão inglesa, porém para outros significando *Local Exchange and Trade Systems*. Os LETs surgiram da percepção de Linton de que “a falta de dinheiro em circulação estava dificultando a circulação das mercadorias e comprimindo o comércio na sua região” (Soares, 2006, p.146) e são um sistema de trocas locais fechado no qual se utilizam as moedas num circuito virtual o que faz com que estejam a salvo de restrições por criação de moeda, parecendo uma espécie de escambo (Freire, 2011, p.95 *apud* Blanc, 1998, p.12).

Nos LETs, grupos pequenos garantem a confiabilidade de um sistema de rede virtual, de forma a excluir assimetrias de informação e garantir a reciprocidade nas responsabilidades quantos às dívidas do grupo em sua coletividade. Os sistemas são virtuais e cada membro possui acesso a esta rede. A unidade de conta se dá no sentido de que cada transação corresponde a uma moeda debitada e creditada de forma transparente a todos os membros. A inflação repercute nas transações dos LETs, pois a moeda é indexada na moeda nacional (Soares, 2006, p. 145-146). No sistema de LETs, a moeda é um movimento contábil.

---

<sup>3</sup> Segundo Singer 1999 e Soares 2006, o WIR funciona até hoje como uma rede digital de intercâmbio entre empresas com uma dezena de milhares de pessoas.

Cerca de uma década depois, Paul Glover, inova os LETs (Primavera, 2003, p.195) com um sistema baseado numa moeda impressa que circula numa área geográfica específica, só tendo valor ali e representando, segundo Soares (2006), horas de trabalho sobre o “câmbio de 10 dólares por hora” (p.140). Dessa forma, surgem as Horas de Ithaca ou Ithaca Hours e inspira dezenas de outras cidades e regiões pelo mundo, pois representam mais do que apenas o valor econômico, representam uma forma de luta pela democracia e por direitos sociais. Segundo Glover (s/d):

“Vemos a los HORAS de Ithaca como dinero de verdad, respaldado por gente real, tiempo real, habilidades y herramientas reales. Los dólares, por el contrario, ya no están respaldados por oro o plata, sino nada menos que por US \$8.4 trillones de deuda nacional. El dinero de Ithaca honra nuestros rasgos locales que más respetamos, como las flores, las granjas y los niños. Los dólares honran las figuras del esclavismo (Washington, Jefferson, Hamilton, Jackson, Grant) y los monumentos del gobierno corporativo” ( p.2).

Nas próximas seções, serão analisados o caso argentino, com os clubes de trocas, e o brasileiro, com a experiência do conjunto Palmas em Fortaleza.

### **III.3 - Os clubes de troca: o caso argentino**

Os clubes de troca argentinos merecem um espaço especial por serem importantes na compreensão deste fenômeno econômico, tendo em vista algumas características específicas que o permitiram crescer e, posteriormente, enfrentar forte crise e declinar.

Foram formados no ano de 1995, baseado nos LETs canadenses, mas logo após, ao se utilizarem de moeda impressa, passaram a ser inspirados nas Horas de Ithaca (Primavera, 2003, P.196; Albuquerque, 2003. p.203). Os indivíduos se organizavam em grupos nos quais trocavam bens e serviços com a moeda social que era uma espécie de crédito aceito em âmbito local (Albuquerque, 2003. p.203). Inicialmente, havia uma grande diversidade de grupos que coexistiam em suas diversidades e eram geridos de maneira independente, como é próprio da economia solidária.

Segundo Primavera (2002; 2003), ao crescerem, os grupos passaram a discutir a ideia de utilizarem as mesmas moedas em mais localidades e a partir desta visão, ela destaca que houve seis momentos marcantes no caso argentino.

Entre 1995 e 1996, poucos grupos e poucos produtos/serviços eram intercambiáveis. Foi o período de maior autonomia dos grupos. Utilizavam-se cadernos e livros para a contabilidade. A rede passou de 23 pessoas envolvidas para 3500 (Primavera, 2002, p.8).

Entre 1996 e 1997, os grupos cresceram assim como a quantidade de produtos e serviços disponíveis e houve o início de uma abertura para a participação de outros atores sociais, como o governo de Buenos Aires. Com isso, houve uma proposta dos principais grupos no sentido de garantir a autonomia dos grupos de troca de acordo com princípios éticos que os fazem passar de nível local para uma rede única de trocas que compartilhavam além dos princípios éticos e autônomos, compartilhando, também, a mesma moeda social (Primavera, 2003, p. 196). A partir de então, passam a ser utilizadas as moedas sociais e os clubes de troca, são os chamados “nodos”. A autora interpreta este momento como sendo o da “reconquista do bem-estar perdido” (idem, p.196), resultando em mais de 30.000 pessoas envolvidas.

Entre 1997 e 1999, desenrola-se a disputa em torno da política da rede. Vive-se um momento “con la extensión de la luchas hegemónicas al espacio de la capacitación, además del control de la emisión y distribución de los bonos” (Primavera, 2002, p. 11), que abre espaço para o governo atuar de maneira mais intervencionista, pois via as unificações dos nodos uma forma de lutar contra a exclusão e contra as autonomias na autogestão isolada de cada um. À esta altura, cerca de 200.000 pessoas participavam da rede.

Entre 1999 e 2000, segundo Primavera (2002), o modelo rompe com a concepção original, preferindo adotar a ideia do capital comercial e do paradoxo da escassez. Separam-se, então, a rede global de trocas e a rede de trocas solidárias. Participam do sistema, à época, 800.000 pessoas.

Nos dois anos seguintes, a rede tem grande crescimento devido à significativa desvalorização do peso. O modelo se aproxima cada vez mais do modelo financeiro tradicional e a Rede global de trocas passa por uma grande crise interna. Entre março e dezembro de 2002, a Argentina atravessa grande crise e a Rede global de trocas resolve emitir e vender indiscriminadamente muita moeda social, acrescida de uma grande onda de falsificações, a “rede explode” (Primavera, 2003, p.196). O sistema perde em confiança, e este passa a ser o grande problema. Primavera (2002) dá destaque não à falsificação dos bônus, mas à emissão desregrada dos mesmos e aos métodos pouco transparentes:



“(...)el sistema *no* fue afectado de muerte por las falsificaciones – como pretenden los fundadores – sino, mucho antes, por la venta masiva de créditos, promovida por ellos mismos, como un mecanismo (suicida) de incrementar su recaudación en pesos argentinos, aun devaluados. Es así como el grupo que tenía en su seno sólo a profesionales desempleados se vuelve capaz de emprender una actividad nunca antes privatizada, ni siquiera en este país: *privatizan la concesión bancaria.*” (p.14)

E confirma que “el sistema se colapsó, no debido a la salida de la convertibilidad, sino a la voracidad sin límites que llenó el mercado solidario de papeles sin valor. Por venderlos a mansalva.” (p.15)

A situação atual, segundo a autora, é muito variável em todo o país. O controle é grande no sentido de garantir que entrem nos nodos “productores ‘reales’ y no ‘compradores de papelitos’” (Primavera, 2002, p.15). O trabalho de recondução está sendo feito por quem crê na economia solidária como um projeto real, baseado na rede de trocas solidárias. Empreendimentos autogestionários, por teoria, não devem ter mais que algumas centenas de sócios, para que estes possam se conhecer pessoalmente e gerir coletivamente suas associações. O caso argentino mostra que estes empreendimentos tendem a crescer de tal forma que a maneira como se organiza a gestão passa a ser palco de guerra. Para tal é necessária a permanência da descentralização que evita falta de credibilidade na maioria das vezes.

### **III.4 - O banco Palmas: o caso brasileiro**

Situado no Estado do Ceará, em Fortaleza, mais especificamente no Conjunto Palmeira, uma favela com mais de 30.000 habitantes, em sua grande maioria formada por pessoas despejadas das regiões litorâneas ou deslocadas por enchentes. Lá foram se alojando e construindo suas moradias desprovidas de conforto. Havia privação, também, de

qualquer serviço público como energia elétrica ou saneamento básico (Mance, 2003, p.119; Singer, s/d, p.5).

A década de 1980 marcou o início da luta de uma associação de moradores revolucionária. A associação de moradores do conjunto Palmeira - Asmoconp começou aos poucos, a construir um novo bairro através da organização local e da reivindicação de direitos junto ao poder público. Conquistaram diversas melhorias urbanas como energia elétrica e rede de esgoto (Mance, 2003, p.119; Singer, s/d, p.5)

Antes, porém, de falar sobre as conquistas, vale ressaltar que apesar delas, a população local permanecia num quadro avançado de pobreza e desemprego. Verificou-se que os pequenos produtores não podiam produzir por “falta de crédito, bem como falta de estratégias para a comercialização de seus produtos” (Mance, 2003, p.120). Somando-se a isto, o dinheiro que entrava no bairro pelas pessoas empregadas, por exemplo, era gasto integralmente em outras localidades não gerando, assim, nenhuma riqueza ao Conjunto (Mance, 2003, p.119; Singer, s/d, p.5).

Neste quadro, em 1998, foi criado o Banco Palmas para garantir microcrédito produtivo, “implantação de uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores” (Mance, 2003, p.120) e, também, para impulsionar a geração de emprego no bairro.

Segundo Mance (2003),

“o banco palmas constitui-se em um sistema financeiro solidário, que atua de forma integrada nos quatro pontos da cadeia produtiva, quais sejam: capital solidário, produção sustentável, consumo ético e comércio justo.” (p. 120)

Este banco tem como uma das metas se diferenciar das instituições bancárias formais, oferecendo créditos sem a exigência de garantias, sem consulta aos sistemas de proteção ao crédito e a juros muito baixos em de forma a contemplar a população local visto que, por exemplo, grande parte dela tinha pendências com os serviços de proteção ao crédito. A intenção do banco era de fato executar operações financeiras de risco. O banco hoje trabalha com crédito e juros evolutivos, quanto maior o empréstimo tomados maiores os juros, como forma de subsidiar os que tomaram empréstimos mais baixos. Porém, mesmo com os microcréditos produtivos, não havia demanda suficiente para a oferta formada (Mance, 2003, p.120; Singer, s/d, p.5).

No ano de 2000, como forma de combater a falta de demanda enfrentada pelos que já conseguiam produzir graças ao microcrédito, o banco Palmas iniciou o Clube de Trocas Palmares (Singer, s/d, p.5; Soares, 2006, p.189). Contudo, um fator impossibilitou o clube de atingir seu objetivo: a fome associada à pobreza. A principal demanda da população se referia à alimentação básica e nas feiras não havia alimento, havia apenas artesanato e iguarias (Singer, s/d, p.5; Soares, 2006, p.189), isto fez com que o clube de trocas fosse muito mais um “encontro entre amigas” (Soares, 2006, p.189).

Singer questiona então como gerar riqueza apenas com trocas entre pobres? A simples troca não seria capaz de gerar os bens de primeira necessidade. Ficou evidente na experiência do banco Palmas que as trocas entre eles, por mais que garantisse o sentido da solidariedade e da inclusão, pouco gerava em termos práticos, pois os prossumidores necessitavam de bens de primeira ordem e só levavam para trocar serviços ou artesanato. Era necessário atrair novos consumidores, gerando uma grande rede de trocas e assim financiar com microcrédito futuros empreendimentos (Singer, s/d, p.5).

A partir deste ponto, foi iniciado um novo processo, culminando, em 2004, com a criação da moeda social circulante local chamada Palma. Esta moeda social fez com que “o bairro todo passasse a funcionar como um Clube de trocas” (Singer *apud* Melo e Magalhães, 2005, p. 15). A força política da associação de moradores, diretamente vinculada ao banco que lhe pertencia, levou a uma quase total aceitação da moeda social na localidade (Singer, s/d, p.5).

O Palma está lastreado em Real, no câmbio de 1 para 1 e possui mecanismos técnicos, como marca d’água na nota impressa, para que não haja falsificação e assim garantir uma segura circulação e controle.

“A plena conversibilidade do PALMA em real e vice-versa pelo Banco Palmas, abriu o mercado do bairro a fornecedores de fora, que podiam aceitar os PALMAS em pagamento do que vendiam e abriu o mercado de fora aos comerciantes e produtores do Conjunto Palmeira. Desta maneira, em vez de fechar o mercado local à concorrência de fora, o Banco Palmas o abriu e ao mesmo tempo criou a possibilidade da produção local ser vendida no exterior” (Singer, s/d, pp.5s).

Todavia, este sucesso vinculado à conversibilidade constituiu um novo desafio ao banco comunitário. Quanto mais se utilizava Palmas, mais se necessitava de reais para seu lastro (Singer, s/d, p.6). Isso acabaria por gerar uma restrição às transações a ocorrer. Para Singer,

“(...) a situação do Banco Palmas era igual a do Banco Central de um país como o Brasil, que não emite moeda forte (porque preferida para ser entesourada pelo público a outras moedas nacionais) tornando-se necessário que sua balança comercial seja sempre superavitária (...)” (Singer, s/d pp.6)

Era necessário dar vantagens ao Palma para que ele tivesse valor maior que o Real e assim não necessitar ser reconvertido em reais sempre. Mais uma vez, o banco contou com o prestígio da Asmoconp e conseguiu desconto em diversos itens quando pagos em Palma. Dessa forma, conseguiu com que o Palma tivesse um valor maior que o Real e garantiu que este fosse mais demandado pelas pessoas, fazendo com que mais empresas aceitassem a moeda social, gerando um círculo virtuoso. E tudo isto motivado por uma moeda social que se tornava parte integrante e importante da modificação da cultura socioeconômica do conjunto Palmeira. Esta descoberta possibilitou ao Banco Palmas resolver internamente seus problemas de forma tal a não precisar lançar mão de sua autonomia na gestão (Singer, s/d, p.6).

O Banco Palmas inovou os empreendimentos solidários por duas vias: em primeiro lugar por ter mais de 30.000 sócios em um clube de trocas alavancado e facilitado pela moeda social, quando na teoria se afirma que o número limite de um clube de troca não pode passar de algumas centenas de sócios; e em segundo lugar, por conseguir garantir, num processo diferente do argentino, a autogestão deste clube de trocas (Singer, s/d, p.5).

O sucesso do Banco Palmas não parece tender à diminuição. Há no Brasil, e em muitos lugares do mundo, diversas iniciativas baseadas no Banco Palmas que conseguiu associar a ideia dos LETs e clubes de trocas com as experiências próximas ao do Grameen Bank, especializado em microcrédito produtivo e em educação solidária, em Bangladesh (Mance, 2003, p.121; Yunus & Jolis, 1997).

O Banco Palmas conta, atualmente, com cinco linhas de crédito, clube de trocas solidárias com moeda social, loja solidária, feira solidária, incubadora feminina, escola de socioeconomia solidária (Palmatech), formação empresarial em alguns ramos para os que adquirem crédito produtivo e um balcão de empregos. Além disso, tem assessorado muitos projetos de bancos populares, comunitários e solidários no Brasil (Mance, 2003, pp.121-123)

### **III.5 - Categorias sociais da moeda social**

Segundo Soares (2011), a moeda social varia segundo sua aplicação e experiências ao longo da história e no mundo, e podem ser verificadas cinco formas diferentes de categorias aplicáveis em uma ou mais experiências.

A primeira delas é a complementaridade da moeda social em relação ao mercado. Esta função ocorre de forma a nem sempre ser necessária a impressão de moedas como no WIR suíço e nos clubes de troca argentinos vistos mais acima. Trabalha-se com o “conceito de gestão de escassez” (Soares, 2006, p.175). A moeda social nesta função, segundo Freire (2011), “ressalta a ideia que o sistema monetário existente parece ou é incompleto e que complementaridades regionais ou locais devem ser inventadas” (p.96).

A segunda, a inclusiva, vem no sentido da inclusão social propriamente dita, na relação de crescimento mais pessoal e individual de cada participante, trabalhando fortemente a questão dos prosumidores. Esta função é verificada no sentido em que “inclui as pessoas na vida econômica e social” (Freire, 2011, p.111). Neste contexto, é fechado localmente um circuito no qual as pessoas que não teriam chances de terem trabalho ou uma produção, tenham acesso ao mesmo (Soares, 2011, p.9).

A terceira, complementar-pedagógica, atua como complemento do mercado e trabalha com as pessoas no sentido de educação socioeconômica das mesmas. Esta função questiona o modelo vigente de economia e tende a produzir aos poucos um novo modelo socioeconômico (Soares, 2006, p.177). A quarta, a pedagógica, estuda a moeda a ser alternativa ao modelo atual, promovendo buscas de formação das pessoas no sentido a

alterar as “relações de poder, divisão do trabalho, cooperação e promove o consumo sustentável” (Soares, 2011, p.11).

A quinta, a alternativa, “é a moeda social mais fortemente orientada pela ideologia, que se propõe alternativamente a economia convencional, buscando fechar o ciclo produção-consumo-distribuição internamente à experiência” (Soares, 2006, p.178). É a experiência mais radical e mais independente com relação à moeda social e tende a ser totalmente local e exclusiva a seus participantes.

As experiências de moedas sociais apresentadas neste capítulo, ou seja, nos clubes de troca argentinos e no Banco Palmas se encaixam em várias dessas categorias, principalmente no que concerne à experiência do Banco Palmas.

## CONCLUSÃO

Os processos econômico e social, em evolução temporal e técnica, transformaram em larga escala as relações entre as pessoas e os agentes. Uma evolução gradual entre os séculos seguintes a partir da Idade Média deflagrou uma evolução social menos veloz que a econômica.

O sentido da moeda dinheiro na economia foi sendo alterado e suas funções passaram a ter sentido importante na construção da sociedade. De facilitadora de trocas a moeda passou a guardar grandes riquezas para quem a tinha como posse. A moeda de simples papel, fração metálica ou mercadoria passa a assumir o lugar da terra na Idade Média como reserva de poder no mundo, permitindo a ascensão da burguesia e a evolução da economia feudal à economia industrial. E nesta a moeda se vê vinculada ao capital e parte como instituição protagonista do modo de produção capitalista, permitindo a ascensão não só de um grupo social, mas de nações inteiras que se desvencilharam dos lastros feudais e coloniais de forma mais rápida.

Com a evolução de uma economia baseada em reciprocidade para uma economia capitalista liberal a dissociação da economia do social se torna inevitável. E aquela se torna mais importante que esta. Isto faz com que seja mais acentuada a exclusão de quem não possui acesso à riqueza e desta maneira é um mero coadjuvante no processo econômico. Esta evolução garante ainda mais que os detentores da moeda continuem o sendo e que os que não a tem continuem não tendo.

Por outro lado o modelo capitalista liberal abre brechas para que sejam postas em práticas modos complementares de atuação e em alguns casos não apenas abre brechas como promove uma obrigação na forma de complementaridade. Neste contexto se encaixam as ideias de economia solidária, que tratam da moeda com sentido social, utilizando esta para fomento da inclusão, autonomia, distribuição e emprego de quem estava excluído do sistema tradicional.

A moeda neste meio passa a ser explorada com outros objetivos. Passa a não ter mais apenas a função de ser reproduzida e assim gerar lucros e ganhos de alguns em função de muitos. Ela entra num circuito menor ou socialmente aceito e tem como função a geração de um bem-estar a toda a localidade via fomento das ideologias que buscam

complementar a moeda oficial e até em alguns casos, ser alternativa à mesma em sua totalidade.

A utilização de moedas sociais remonta quadros do feudalismo e da revolução industrial, nesta vislumbrando o papel da cooperação, naquele pelo circuito fechado e autônomo. Desta forma se assume que apesar de inovação, a teoria implantada para o funcionamento das moedas sociais não surge do nada e tem bases históricas bem delineadas. O que provoca na mesma ao mesmo tempo a novidade e a experiência.

É necessária uma reorganização social das funções da moeda para que ela atue de forma a permitir uma maior dinamização e distribuição da riqueza, pois “o dinheiro não é um fenômeno espontâneo e também não é auto regulado” (Soares 2011, p.3). Para se chegar às suas pretensões objetivas necessita ser associada a outros fatores. A moeda social não deve ser o primeiro passo. Assim, esta deixa de ser um facilitador de trocas e passa a ser um facilitador social, agindo junto à tentativa de buscar uma sociedade mais justa e solidária mesmo tendo como ponto de partida momentos de crise ou de grandes incertezas focando no homem o ponto de partida e o ponto de chegada do movimento econômico.

Para tal é verificado o grande sucesso, não sem grande esforço, das organizações que usufruem da moeda social. A ser citado o Banco Palmas, que além de seu próprio sucesso no aumento do bem-estar de um bairro com mais de 30.000 habitantes sendo responsável direto pela inclusão social de muitas dessas pessoas, já é organizador de vários outros bancos comunitários espalhados pelo Brasil com ou sem apoio governamental. Além, é claro dos vários clubes de troca espalhados pelo mundo que formam um conjunto de organizações de gestão própria e autônoma na busca pela inclusão social via processo econômico. Todas estas instituições tem na credibilidade grande preponderância. Esta é, portanto, o grande fator de sucesso ou insucesso na utilização de moedas sociais e de propostas que sejam diferentes das tradicionais. Experiências com mesmo modelo, seja banco comunitário, seja clube de troca, que não se baseiam na credibilidade dentro de seu círculo, já começam em processo de extinção.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo P.. **Moeda social 2**. In: A. Cattani (or.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz. 2003.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2005.

BLANC, Jérôme. **Monedas paralelas. Evaluación y teorías del fenómeno**. Trabalho publicado pela revista argentina *Lote. s/d*. (tradução de ensaio elaborado em Janeiro de 1998). Disponível em: <HTTP://money.socioeco.org>. Acesso em 13/03/2013 às 12:02h

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Moeda social e a circulação de riquezas na economia solidária**. 2000. Texto apresentado como um dos requisitos para a conclusão da disciplina Análise Sócio-política do Sistema Financeiro no Capitalismo Contemporâneo, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.

CAMINHA, Uinie; FIGUEIREDO, Monique. **Atividade financeira e moeda: A experiência do conjunto Palmeiras em Fortaleza - Ce**. In: Revista Direito GV, São Paulo:2011. Pp. 99-130.

CARRION, Rosinha Machado da Silva. **Alternativas Econômicas de Trabalho e Produção: Desafios à Consolidação de Empreendimentos Populares nos Moldes da Economia Popular e Solidária**. In: Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Bahia, Salvador, Colóquio Internacional sobre Poder Local, 15-19 de junho de 2003.

CARRION, Rosinha da Silva Machado; COSTA, Pedro de Almeida **A Gestão da Economia Solidária como uma Política de Geração de Trabalho e Renda: O Caso do Município de Cachoeirinha – RS**. 2003. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2003/COR/COR194.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2003/COR/COR194.pdf). Acesso em 12/10/2012.

CARVALHO, Fernando Cardim (Org.). **Economia monetária e financeira: Teoria e Política** 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 306p.

DOBB, Maurice et al. **A transição do Feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Pp. 209-215.

FIORI, José Luis da Costa (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. Pp. 49-83.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Fato Associativo e Economia Solidária: A Experiência do Banco Palmas no Ceará**. Disponível em: <http://ites.colivre.net/Site/Publicacao48>. Acesso em 12/08/2012. Acesso em 10/03/2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. **Economia Solidária e dádiva**. In: Revista O&S, v.6, n.14. Edição Janeiro/Abril: 1999.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **Moedas sociais: contributo em favor de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil**. Tese 2011. Universidade de Brasília.

GLOVER, Paul. **Creando la democracia económica con la moneda social**. <WWW.ithacahours.com> . Acesso em 22/04/2013.

HUGON, Paul. **A moeda: 5ª edição**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: Economia e religião na Idade Média**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIMA, Fernanda Gozzi Pereira; SECONI, Fernando Penhalbel. **A economia solidária no contexto das grandes transformações no mundo do trabalho ao longo da história**. Artigo acadêmico. Núcleo local/ Unitrabalho, Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/pdf2.pdf>. Acesso em 21/05/2013.

LISBOA, Armando de Melo e FAUSTINO, Andrea Viana. **Trocas solidárias, moeda e espiritualidade**. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: [http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Princ%C3%](http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Princ%C3%92)

[ADpios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria/TROCAS%20SOLID%C3%81RIAS,%20MOEDA%20E%20ESPIRITUALIDADE.pdf](#). Acesso em 20/05/2013.

MANCE, Euclides André (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFiL, 2003.

MELO NETO , João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos Comunitários: economia solidária e políticas públicas**. Disponível em: <http://cirandas.net/nesol-usp/biblioteca/financas-solidarias/bancos-comunitarios-joaquim-de-melo-neto-e-sandra-magalhaes.pdf>. Acesso em 12/05/2013.

METRI, Mauricio Medici. **Poder, Moeda e Riqueza na Europa Medieval**. Tese 2007. Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: um elogio à associação em tempos de crise**. Tese 2004. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 306p.

PRIMAVERA, Heloisa. **Riqueza, dinero y poder: el efímero “milagro argentino” de las redes de trueque**. 2002. Disponível em: <HTTP://money.socieco.org>. Acesso em 10/10/2012.

\_\_\_\_\_. **Moeda Social 1**. In: A. Cattani (or.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20ª Edição. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMMEL, Georg. **The philosophy of Money**. 3ª Edição. Londres e Nova Iorque: Routledge: 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo: 2002.

\_\_\_\_\_. **Aprender economia: 4ª edição**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Finanças solidárias e moedas sociais**. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0DA6514F7/FINAN%C3%87AS%20SOLID%C3%81RIAS%20E%20MOEDA%20SOCIAL.pdf> Acesso em 11/12/2012

\_\_\_\_\_. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda Social – Uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Tese 2006. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: [http://www.nesfi.ufsc.br/site2010/uploads/arquivos/1151247111\\_clbstese.pdf](http://www.nesfi.ufsc.br/site2010/uploads/arquivos/1151247111_clbstese.pdf). Acesso em 21/09/2011 às 09:58h.

\_\_\_\_\_. **Moeda social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades**. 2011. Disponível em: <http://cirandas.net/nesol-usp/biblioteca/financas-solidarias/um-conceito-uma-proposta-de-tipologia-limites-e-potencialidades.pdf?view=true> Acesso em 13/03/2013 às 12:43h.

VILLAR, Pierre. **Ouro e moeda na história: 1450-1920.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

VILLENA, Daniele Jannotti S.. **As contribuições da Economia de Comunhão para o estudo da influência de valores no ambiente organizacional.** Dissertação 2006. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo.

VINHA, Valéria da. **Polanyi e a nova sociologia econômica:** uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness). Artigo publicado na Revista Econômica . V. 3. nº 2. Dezembro de 2001. Impresso em Setembro de 2003.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 1997.